

ISCTE- IUL INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Lição de Síntese

Mudanças na Família

O privado na agenda pública

Apresentada no âmbito das
Provas de Agregação em Sociologia
para dar cumprimento ao disposto
na alínea c) do artigo 5º
do Decreto Lei nº 239/2007 de 19 de Junho.

Anália Maria Cardoso Torres

Lisboa, Março de 2010

ÍNDICE

Introdução	3
Mudanças na Família. O privado na agenda pública. Sumário desenvolvido.	5
I Mudanças nas sociedades contemporâneas, mudanças na família	6
II Ilustração de tendências de mudança na família e nas relações de género. Retratos e cenários do presente, através de resultados de pesquisa	7
2.1 Famílias na Europa: tendências convergentes e divergentes	7
2.2 Sentimentalização e individualização no feminino	14
2.3 Novos sentidos da família	18
2.4 Tendências de Secularização	20
2.5 A Europa dos casais: das representações às práticas	22
2.6 Forte inserção das mulheres no mercado de trabalho e assimetrias de género no trabalho não pago	24
2.7 Tendências específicas no caso português	31
2.8 Tendências centrais na Europa e em Portugal: síntese.	35
III O privado na agenda pública e política. O público presente na esfera privada.	39
3.1 Percursos e linhas de investigação: onde o privado se encontra com o público e o político.	40
3.2 Duas linhas fundamentais de pesquisa que se encontram e complementam na primeira década do século XXI	40
3.3 De que forma estes temas combinando privado e público confluem na agenda política?	41
3.4 Consequências da confluência dos temas	43
Referências Bibliográficas	44

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1	Qual a importância de cada um destes aspectos na sua vida?	15
Figura 2	A importância da família, do trabalho e da religião na sua vida pessoal para homens e mulheres	16
Figura 3	Opiniões dos homens e das mulheres sobre o tempo que passa com a família	17
Figura 4	Opiniões dos homens e das mulheres sobre o trabalho	17
Figura 5	Novos sentidos da família na Europa	19
Figura 6	Pertence a uma religião? (2002)	21
Figura 7	Pertence a uma religião? (2008)	21
Quadro 1	Estado Civil e Coabitação	22
Figura 8	Inquiridos divorciados e inquiridos casados que alguma vez se divorciaram	23
Figura 9	Casados, divorciados e coabitações	23
Figura 10	Trabalho remunerado nos últimos 7 dias (entre os 15 e os 65 anos)	25
Quadro 2	Indicadores de integração das mulheres no mercado de trabalho e número de horas despendidas	25
Figura 11	Hours worked weekly my fathers and mothers with children under the age of 12	26
Figura 12	Divisão das tarefas domésticas. Percentagem de pessoas que afirma trabalhar mais de metade do total de tempo dedicado pelo agregado às tarefas domésticas	27
Figura 13	Número de horas gastas com trabalho doméstico, por sexo e por país	27
Figura 14	Correlação entre o índice sintético de fecundidade e a percentagem de mães trabalhadoras	28
Figura 15	Mulheres activas segundo o nível de instrução atingido	30
Figura 16	Remuneração média segundo o nível de escolaridade, por sexo	30
Quadro 3	Evolução dos indicadores demográficos relativos à família. Portugal (1960-2008)	31
Figura 17	Evolução do casamento católico (1960-2008) Portugal	32

Figura 18	Nascimentos fora do casamento (1960-2008) Portugal	32
Figura 19	Evolução das taxas brutas de nupcialidade e de divórcio (1960 e 2008) Portugal	33
Quadro 4	Opiniões sobre o casamento religioso (Nacional, 1999)	33
Quadro 5	Opiniões sobre o divórcio, segundo a religião (Nacional, 1999)	34

Introdução

O texto que se apresenta constitui o sumário desenvolvido de uma lição de síntese que começa por analisar, brevemente, a relação entre processos de mudança nas sociedades contemporâneas e mudanças na família. Mostra-se a seguir como recomposições e reconfigurações sociais, culturais e no plano dos valores enquadram e têm efeito na vida familiar. Caracterizam-se depois, também de forma sintética, as principais tendências no plano das relações familiares contemporâneas observáveis nos últimos 100 anos e, de forma mais incidente, nos últimos 50.

Será tempo então para ilustrar e retratar as tendências presentes relativamente às representações sobre família e género e às configurações familiares na Europa tendo por base a rica informação empírica de várias aplicações (2002, 2004, 2006, 2008) do *European Social Survey*, mas também dados sobre Portugal.

Finalmente, olhando do presente temas que constituíram objectos de investigação num percurso com mais de 25 anos, retoma-se o tema “o privado na agenda política e pública”. Pretende-se mostrar como um conjunto de questões habitualmente restritas à esfera privada, e até íntima, têm visto a luz do dia e se têm tornado alvo de acesos debates públicos e disputas políticas. Chama-se a atenção para a aceleração de certas mudanças e articulam-se as novas tendências com a maior insistência numa lógica de direitos humanos e de direitos individuais, como também com transformações no plano social, demográfico e no plano dos valores. Identificam-se novos problemas associados à presença do privado no público e no político mas também à interferência, a partir de uma lógica de defesa dos direitos humanos e de cidadania, do público no privado.

Trata-se basicamente do sumário desenvolvido de uma lição que renuncia à intenção de simular uma aula normal e antes se destina directamente ao debate científico. Numa primeira parte apresenta-se, sob a forma de grandes linhas, as tendências de mudança na família (I), para depois, e com base na informação empírica do ESS e em dados demográficos, se ilustrarem e comentarem as representações e as configurações familiares na Europa do presente. Discutem-se ainda neste ponto (II), de forma mais desenvolvida, alguns dos problemas metodológicos que surgem na comparação entre países. Termina-se retomando o tema que dá título à Lição, abordando-o também sob a forma de grandes linhas e tendências (III). Enquanto

na primeira e na terceira partes são apenas enunciados os tópicos a apresentar na exposição oral, a segunda parte aparece em forma escrita mais desenvolvida. Todas elas serão apresentadas com o auxílio de projecção de *slides*.

Mudanças na Família. O privado na agenda pública

Sumário desenvolvido:

I Mudanças nas sociedades contemporâneas, mudanças na família

- 1.1 Modernidade e Modernidade Tardia. Factores de mudança.
- 1.2 Recomposição Social e mudança no século XX e no século XXI, particularmente nos últimos 50 anos.
- 1.3 Reconfigurações sociais e culturais, mudanças no plano dos valores.
- 1.4 Mudanças específicas no plano da família.
 - 1.4.1 Sentimentalização, secularização, individualização.

II Ilustração de tendências de mudança na família e nas relações de género. Cenários do presente, através de alguns resultados de pesquisa.

- 2.1 Famílias na Europa: tendências convergentes e divergentes.
- 2.2 Sentimentalização e individualização no feminino.
- 2.3 Novos sentidos da família.
- 2.4 Tendências de Secularização.
- 2.5 A Europa dos casais: das representações às práticas.
- 2.6 Forte inserção das mulheres no mercado de trabalho e assimetrias de género no trabalho não pago.
- 2.7 Tendências específicas no caso português.
- 2.8 Tendências centrais na Europa e em Portugal: síntese.

III O privado na agenda pública e política. O público presente na esfera privada.

I Mudanças nas sociedades contemporâneas, mudanças na família

1.1 Modernidade e Modernidade Tardia. Factores de mudança.

1.2 Recomposição Social e mudança no século XX, particularmente nos seus últimos 40 anos e no século XXI.

1.3 Reconfigurações sociais e culturais, mudanças no plano dos valores

O que distingue as sociedades modernas e de modernidade tardia, das sociedades tradicionais?

Quais os efeitos da modernidade e da modernidade tardia na identidade pessoal e social, nas trajetórias biográficas, nas famílias, nas vidas quotidianas?

1.4 Mudanças específicas no plano da família

- Sentimentalização, secularização e individualização.

- Do casamento por “interesse”, ao casamento romântico e ao casamento construção/negociação.
- Da assimetria à tendência para a simetria entre homens e mulheres na família. Da mulher-natureza à mulher-indivíduo.
- Da imposição autoritária e do centramento na disciplina ao respeito pela vontade dos filhos e à preocupação com o seu bem-estar emocional.
- Da indissolubilidade do casamento à aceitação do divórcio; da lógica institucional à valorização do bem-estar e das qualidades intrínsecas da relação. Casamento regido por lógicas profanas.
- Avanço do privado e depois do público. Transformação no decurso do século XX e XXI. Exemplo do “interesse da criança”.

- Revolução contraceptiva, desvinculação entre sexualidade e procriação.

- Diversidade dos modelos e das práticas referentes à família, apesar das tendências centrais.

- Persistência da valorização da família segundo novos parâmetros.

- Tensões, novos e velhos problemas, novos conflitos.

II Ilustração de tendências de mudança na família e nas relações de género. Retratos e cenários do presente, através de resultados de pesquisa.

Depois do enquadramento sociológico das transformações ocorridas nas relações familiares no decurso do século XX e XXI e da identificação dos factores que contribuíram para tais processos e tendências, concentremos a atenção, desde já, nalguns dos resultados do *European Social Survey*, em diferentes anos de aplicação (2002, 2004, 2006 e 2008).

Conjugaremos a análise de diferentes indicadores. Por um lado, a hierarquização de valores prioritários na vida pessoal, desdobrando esses dados por sexo; depois um conjunto de respostas a perguntas mais explícitas referentes ao trabalho e à família precisando o que se pode designar por individualização no feminino; surgirá a seguir o tema dos “novos sentidos da família”. Os dados mais globais sobre a morfologia e formas familiares na Europa, a inserção de homens e mulheres, pais e mães, na vida activa, as assimetrias de ocupação entre os sexos, a relação entre fertilidade e actividade feminina serão analisados de seguida. As comparações no plano europeu darão lugar, no caso de alguns indicadores, a maior especificação para Portugal. Trataremos igualmente indicadores que permitem discutir a secularização e discutiremos os chamados processos de privatização. Neste ponto desenvolveremos de forma sucinta o tema do privado nas agendas públicas e políticas.

Antes porém de passar à análise dos dados vale a pena discutir alguns dos problemas de comparabilidade que sempre ocorrem quando numa perspectiva macro se pretende compreender e explicar diferenças e convergências.

2.1 Famílias na Europa: tendências convergentes e divergentes

Como se sabe, a comparação entre países, numa lógica tributária de Durkheim, permite uma visão global e é ela própria heurística. Ao verificar, por exemplo, que certo indicador demográfico num país contraria de forma insistente a tendência observada nos países que lhe são culturalmente próximos, somos confrontados com situações de pesquisa que obrigam, no plano sociológico, a questionar e a procurar a causa das coisas. Olhar para além de uma realidade nacional ajuda a formular outras perguntas e a procurar novas respostas.

Estão já há muito identificadas mudanças ocorridas nos últimos anos, em todos os países europeus, directa ou indirectamente ligadas às realidades familiares: a descida da

natalidade e da nupcialidade, o aumento do divórcio, da coabitação e da taxa de actividade feminina. A que reconfigurações das relações familiares conduziram essas transformações na maioria dos países europeus? Prevaecem hoje as convergências entre eles? Ou mantêm-se as diferenciações que tornam as fronteiras geográficas – na medida em que elas também correspondem a processos sociais, contextos políticos e culturais com densidade histórica específica - ainda relevantes? Em que dimensões da vida familiar fará ainda sentido falar de uma Europa do sul, do norte e do leste? Onde se esbatem e onde se acentuam fronteiras?

Num livro sobre a Família Europeia, F. de Singly e J. Comaille (1997) sublinham a necessidade de um exercício comparativo desta natureza seguir algumas regras metodológicas, sob pena de se chegar a conclusões menos precisas. Na perspectiva dos autores, entre outros aspectos, é preciso comparar partindo de pressupostos teóricos claros e relevantes, distinguir o que é estatisticamente significativo, ter em conta o problema da “distância variável”, ou por outras palavras a escala de observação¹ e não confundir diferenças observadas com diversidade de modelos.

Na sequência da última regra, consideram que se pode falar da existência de um modelo europeu de família, constituindo as diferenças existentes entre os países efeito dos processos específicos de concretização desse modelo genérico. Dois princípios regulam as relações familiares no contexto europeu, afirmam os autores: o do respeito pela autonomia dos membros da família e o do respeito pela vida em comum, constituindo a diversidade das formas familiares existentes na Europa expressão de diferentes modalidades ou arranjos entre os dois princípios².

As diversas heranças religiosas, a importância diferenciada atribuída à realização individual, as condições objectivas de aplicabilidade de um modelo que valoriza a autonomia e outro tipo de especificidades contribuiriam, na lógica de Comaille e Singly, para explicar as diferentes formas assumidas no processo de autonomização ou concretização do tal modelo europeu de família nos diversos países. Ter mais ou menos coabitação ou divórcio, mais ou menos indivíduos jovens a viver sozinhos, uma taxa de actividade feminina maior ou menor

¹ Nesta análise é necessário ter presente uma perspectiva crítica do trabalho de comparação dos países europeus entre si, atendendo a que se pode estar a dar a ênfase a diferenças que se esbateriam se comparássemos a Europa com outras regiões do globo (Singly et Comaille, 1997). Do mesmo modo as diferenças que se verificam internamente a cada país são por vezes bem mais expressivas do que aqueles que se verificam inter países (Roussel, 1992).

² Defendendo a existência de um ideal-tipo da família europeia os autores citados referem a proposta de Franca Bimbi que sugere também a existência de um conjunto de simbolismos partilhados na Europa a propósito da família baseados em “the presence of women in professional work and their investment in a career, the importance of children for the emotional life of the family, the responsibility of the public sphere regarding childcare, the democratisation of family decisions, the participation of the father in his children’s care” (F. Bimbi, 1996 in de Singly and Comaille, 1997: 11).

constituem, no entanto, características diferenciadoras que outros autores podem considerar como suficientemente importantes para contrariar a ideia da existência de um único modelo de família. Já quando se deixa a análise sincrónica e se parte para a perspectiva diacrónica dos processos que ocorreram nos últimos 40 anos os diferentes autores tendem, de forma geral, a convergir. Em todos os países se verificaram, de facto, o mesmo tipo de fenómenos – aumentam o divórcio, a taxa de actividade feminina, os nascimentos fora do casamento e baixam a natalidade e a nupcialidade.

É também para este debate que Louis Roussel contribui num artigo publicado, anteriormente (Roussel, 1992). O autor analisa dados demográficos referentes à família do final dos anos oitenta, discutindo convergências e divergências entre os diferentes países europeus dessa época, mas defendendo que o corte sincrónico impunha que então se sublinhassem as disparidades. Os valores da fecundidade, nupcialidade e divorcialidade ou das coabitações e nascimentos fora do casamento eram díspares na Europa, sendo particularmente contrastantes os dados relativos à Europa do sul e aos países do norte em especial os dos escandinavos. Estes dois subgrupos constituíam pólos extremos em relação aos quais os outros se aproximavam ou distanciavam – os primeiros com baixos valores de divórcio, de coabitação, de nascimentos fora do casamento e de fecundidade e os segundos com valores elevados para os mesmos indicadores.

Quando referia, no entanto, os dados relativos às evoluções recentes, o autor apontava para uma clara “vaga de fundo” com as mesmas tendências evolutivas em todos os países, tudo parecendo indicar que no centro e no sul se estavam a seguir, embora com calendários desfasados no tempo, os fenómenos que já se tinham verificado nos países escandinavos: mais coabitação, mais divórcio, mais nascimentos fora do casamento. Quanto à fecundidade, depois de os escandinavos terem conhecido uma lenta erosão dos seus valores desde os anos 60, os anos 80 vêm evidenciar uma mudança e no final da década já tinha começado o processo de recuperação e subida dos nascimentos. Os países do sul, em contrapartida, depois de uma descida bem mais tardia e abrupta do que aquela que ocorreu a norte, detinham já no final dos anos 80 valores muito baixos dos índices sintéticos de fecundidade, valores que, de resto, se irão manter durante toda a década de 90 e mesmo no início do novo milénio.

São relativamente conhecidos os processos sociais que contribuem para explicar estas tendências evolutivas comuns, a tal vaga de fundo. Eles passam por fenómenos de recomposição social como a desruralização e o crescimento das classes médias, por

transformações socioeconómicas como o aumento dos sectores dos serviços e a desindustrialização, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e ainda por profundas mudanças culturais. São transformações que se traduzem no plano dos valores e mais especificamente naqueles que são relativos à família, num conjunto outro de fenómenos conhecidos como secularização, sentimentalização, privatização, individualização (Ester, Halmann and Moor, 1994; Kellerhals, 1982; Beck e Beck-Gernsheim, 2002). Os processos de afirmação das mulheres no espaço público, que podem ser também designados como a transição de uma ideia de mulher-natureza para uma perspectiva da mulher-indivíduo, são igualmente relevantes (Torres, 2001).

Admite-se assim que a vaga de fundo produtora de mexidas tão significativas nos indicadores demográficos nos últimos anos tem fundamento em processos sociais semelhantes que atravessaram a maioria dos países da Europa. Mas esses processos, com efeitos idênticos no plano das grandes tendências, não deixam de apresentar em cada país algumas especificidades. A maior ou menor aposta na autonomia dos membros da família ou a maior ou menor prevalência de lógicas institucionais perante a família e o casamento, por exemplo, podem ser explicadas por configurações sociais, económicas, institucionais e culturais específicas.

Goran Therborn, num livro recente em que analisa as transformações da família no mundo, em particular durante todo o século XX, acaba por concluir pela persistência da diversidade de padrões familiares apesar de todos eles terem sofrido grandes mudanças. Quanto ao que designa por sistema familiar europeu afirma que certas diferenciações internas já verificáveis no passado acabam por reemergir depois de vastas transformações sociais (Therborn, 2004: 306). O autor defende também que atribuir apenas à urbanização e à industrialização o papel de principal motor para as transformações da família observadas nos últimos cem anos não parece suficiente para compreender essas mudanças. Dando como exemplo o papel pioneiro dos países escandinavos nalgumas das transformações que hoje são consideradas como a “norma”, a propósito da família, nos restantes países europeus³ – igualdade entre os sexos no casamento, liberdade de escolha do cônjuge, valorização dos direitos individuais, visão secular da conjugalidade – Therborn tende a dar prevalência a factores

³ O autor sueco explica que quando alguma da legislação fundamental sobre casamento, família e direitos das mulheres foi aplicada nos países escandinavos logo no início do século XX, grande parte da população activa estava ainda dedicada à agricultura (Therborn, 2004: 77). Tende assim a questionar a atribuição feita, nomeadamente, por W. Goode à urbanização e à industrialização como factores fundamentais para a mudança das estruturas familiares no mundo (Goode, 1963).

políticos, culturais e ideológicos, como a forte secularização, para explicar as diferenças que se observam entre países do sistema familiar europeu (Therborn, 2004: 78).

Convocar as especificidades de cada país ou grupo de países torna-se fundamental, assim, para compreender certas diferenças ou semelhanças. Para se perceber, por exemplo, por que razão os valores da taxa de actividade feminina portuguesa são comparáveis aos que se verificam na Finlândia, país com inúmeras diferenças de fundo relativamente a Portugal, é fundamental ter em conta que aqui, para além dos salários masculinos baixos, houve uma guerra colonial de 1961 a 1974, ou seja, 13 anos consecutivos em que os jovens do sexo masculino eram obrigados a prestar serviço militar durante 4 anos e a combater pelo menos 2 em África. Associada a outros factores, esta realidade acabou por representar para as mulheres uma oportunidade de entrada e permanência no mercado de trabalho quer para as que tinham baixa formação escolar, quer as de mais elevada formação académica. A revolução de Abril veio depois permitir as mudanças na lei que se ajustaram à valorização do discurso sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas diferentes esferas da vida e também no acesso ao trabalho pago. Assim, na análise comparativa, é preciso também ter em conta que os países podem apresentar valores semelhantes para o mesmo indicador recobrando significados, histórias, condições sociais e culturais consideravelmente diferentes.

A distância entre os países escandinavos e os do sul pode ainda confirmar-se com variadíssimos exemplos. Para citar apenas outro, na Suécia, entre muitos movimentos e medidas de defesa da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres existentes desde muito antes dos anos 60, a educação sexual passa a ser matéria obrigatória na escola a partir de 1955 (Roussel, 1992: 144). Nos países do sul, em contrapartida e apesar do actual uso generalizado da contracepção⁴, nem mesmo ainda hoje se pode falar de uma realidade semelhante.

Ora, para além do conhecido efeito de diferenciação produzido pela influência do protestantismo e do catolicismo, ou como Therborn afirma, pela maior ou menor influência da secularização nos temas associados à família, a existência ou não de políticas referentes à igualdade de género ou à sexualidade, que não podem ser entendidas apenas como consequências mecânicas de orientações religiosas, constituem também factor a ter em conta para explicar essas diferenças.

⁴ O sinal mais evidente do uso generalizado da contracepção, mesmo quando desaconselhada pela Igreja nos países do Sul, são os próprios valores de natalidade que são consistentemente, desde os finais dos anos 80, dos mais baixos de toda a Europa nos países de influência católica.

Dinâmicas de mudança dos contextos sociais, políticos e ideológicos produzem efeitos a considerar. Para compreender, por exemplo, a descida brusca da natalidade nos países do Leste europeu, para além dos factores de influência mais globais, é preciso ter em conta a conjunção de factores que se ligam com a perda da estabilidade de emprego, com a privatização dos serviços de guarda de crianças e com a saída de jovens desses países (Beck e Beck-Gernsheim, 2002: 119-127; Therborn, 2004: 258).

Mas transformações de carácter conjuntural, como mudanças de orientação política dos governos, de que é exemplo a alternância no mesmo país de governos de cariz mais social-democrata ou socialista e governos conservadores, não deixam de afectar as políticas existentes, quer no campo das políticas familiares, quer no do emprego, sendo possível, por aí, a introdução de inflexões de sentido e variações de efeito relevante. É o caso do Reino Unido, que não deixando a matriz liberal, tem, nos domínios a que nos temos referido, conhecido algumas alterações de política, mas foi também o caso de Portugal entre os anos de 1995 e 2001⁵.

Os diferentes entendimentos do papel, do funcionamento e das provisões do Estado-Providência nos vários países exercem também influência decisiva ao preverem mais ou menos apoios institucionais ou a implementação de políticas que podem afectar as decisões dos indivíduos (Torres et al., 2001). O facto de a Finlândia e a Espanha terem taxas de desemprego jovem muito semelhantes mas taxas de natalidade completamente díspares – muito mais elevadas no país escandinavo – tem sido explicado exactamente pela existência no primeiro de um conjunto de equipamentos socioeducativos para as crianças e de apoios à maternidade que acabam por se reflectir nos diferentes índices sintéticos de fecundidade (Tobio, 2001 e 2005; Oinonen, 2004: 340).

Admitir a existência de um modelo europeu de família com diferentes concretizações, como Singly e Comaille propõem, só parece possível se o entendermos como um conjunto de características muito genéricas. E verificam-se, de facto, lógicas familiares partilhadas na grande maioria dos países europeus da contemporaneidade – forte conjugalização, liberdade individual na escolha do cônjuge, prevalência dos afectos na relação conjugal e parental em detrimento dos critérios externos e das lógicas institucionais, princípios de igualdade entre cônjuges e de igualdade de acesso ao mercado de trabalho para os dois sexos. Este conjunto de práticas e

⁵ Entre 1995 e 2001 foram implementadas em Portugal um conjunto de políticas públicas relativas à educação pré-escolar e à guarda de crianças que vieram colmatar parcialmente deficiências de cobertura particularmente evidentes num país com uma tão alta taxa de actividade de mães de crianças pequenas. Continua, no entanto, a falhar a cobertura pública do grupo de crianças dos 0 aos 3 anos.

simbolismos “partilhados” (F. Bimbi, 1996 in Singly and Commaille, 1997: 11) é o que na verdade parece contribuir para explicar a convergência de movimentos nos indicadores demográficos relativos à família na maioria dos países europeus.

Mas, e tal como os mesmos autores também afirmam, a estas orientações muito gerais correspondem na prática concretizações diferentes e mesmo contradições, como aquelas que se relacionam com a divergência total entre a igualdade de género defendida como princípio e a desigualdade vivida pelas mulheres na prática quotidiana da vida familiar e do trabalho pago. Para além deste tipo de contradições, pesam, para distinguir os países e mesmo internamente sectores sociais em cada país, diferenças que poderemos designar como condicionantes culturais e estruturais – o peso dos condicionalismos religiosos, as desigualdades de rendimento – que interferem na forma como se pode viver ou levar até ao fim as tais lógicas da sentimentalização, secularização, privatização e individualização. É assim necessário olhar com atenção o que está mais escondido nestes processos de transformação e que alguns autores já têm identificado como a presença de um “tradicionalismo modernizado” no contexto da família (Levy, Widmer and Kellerhals, 2002).

Se em traços muito gerais, como foi referido, nos parece de facto possível identificar um modelo europeu de família, não se pode mesmo assim deixar de insistir na importância de localizar e analisar as suas diferenças e assimetrias. A identificação de um modelo genérico permite captar o sentido de algumas transformações comuns e também definir com contornos mais claros os valores que hoje se consideram como adquiridos civilizacionais a respeito da família. Eles opõem-se a uma visão passadista das relações familiares que acentuava os traços autoritários, patriarcais, institucionalistas e tradicionalistas que foram e vão sendo postos em causa. Hoje, concepções que põem o acento tónico na importância da realização e do bem-estar pessoal no contexto familiar bem como na igualdade entre os sexos não implicam abdicar da ideia de ter filhos ou de uma lógica do cuidado (Beck e Beck Gernsheim, 2002). Isso mesmo, de resto, resulta muito claro nos resultados do ESS que iremos a analisar.

Para além destas grandes tendências comuns é fundamental também dar conta das fortes assimetrias que subsistem quer entre países, quer no interior do mesmo país. Pode considerar-se que se trata de concretizações diferentes do mesmo modelo europeu ou de modelos diferenciados, mas o que parece decisivo é considerar essa pluralidade de concepções e situações. Importa também considerar que constrangimentos de diversa natureza pesam na forma como se vivem as relações familiares, além das que dizem respeito ao plano simbólico –

insistir mais na vertente institucional, religiosa, ou no lado da afirmação individual. A dependência dos mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho, as situações de precariedade que tornam difíceis a formação da família, o desemprego que pode surpreender os indivíduos em momentos mais tardios do ciclo de vida, constituem apenas exemplos de situações que se podem fazer sentir mais fortemente em certos países, em dados momentos históricos ou em certos sectores sociais. A vida familiar desenrola-se num quadro específico de constrangimentos que, sem impedir obviamente a acção e as estratégias individuais, impõem limites, dando origem muitas vezes a contradições entre o que realmente se deseja e o que é possível concretizar.

Num capítulo de livro dedicado ao tema Famílias na Europa desenvolvemos comparação mais sistemática, analisando de forma pormenorizada as diferenças encontradas e identificando *clusters* de países (Torres, Mendes e Lapa, 2006). Nesta lição, e embora a dimensão comparativa esteja inevitavelmente presente, pretende-se sobretudo captar tendências centrais.

2.2 Sentimentalização e individualização no feminino.

Considere-se em primeiro lugar o que se designa por sentimentalização, processo que enfatiza a valorização e a centralidade que os afectos, os sentimentos e as emoções acabaram por assumir na vida dos indivíduos, tanto nas relações familiares - na relação entre cônjuges e na relação entre pais e filhos – como nas relações próximas e de amizade.

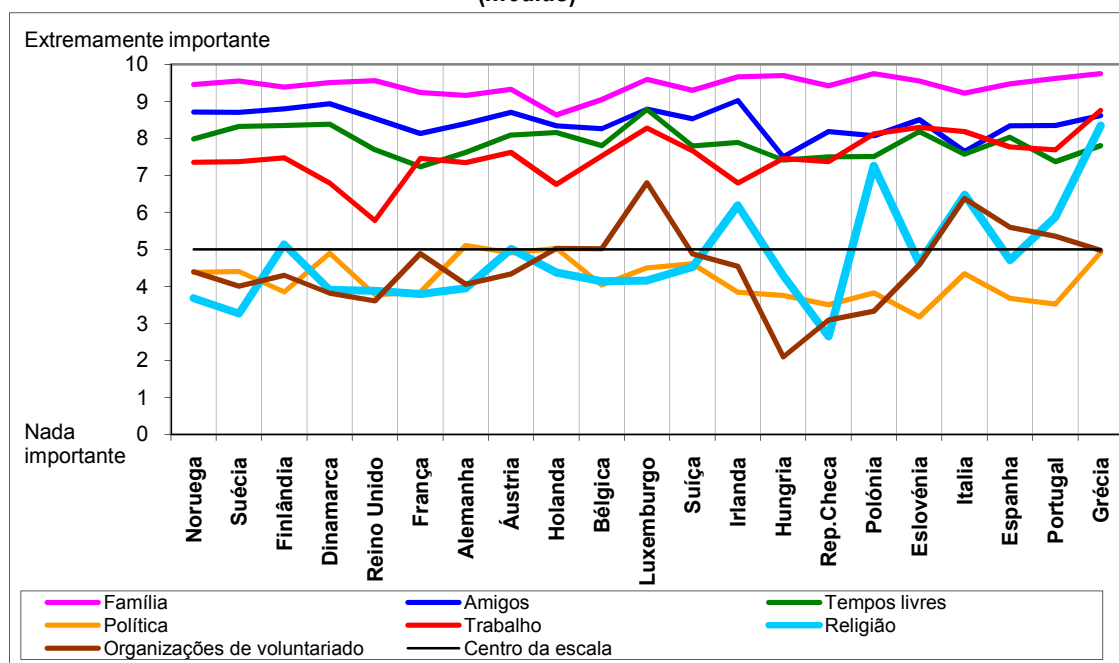
Os dados do *European Social Survey* permitem observar as dimensões da vida a que os europeus dão prioridade. Esse retrato, representado na Figura 1, evidencia bem o facto de serem as dimensões afectivas (família, amigos) as que aparecem nos lugares cimeiros, estando a religião e política, geralmente, nos últimos lugares da hierarquia. Verifica-se também que a família constitui valor autónomo face a outros, não estando ligado, por exemplo, à religião. Mostrando a partilha de valores comuns na Europa, também se verifica que a família não é mais importante em determinados países europeus do que noutros. É um valor adquirido para todos os países do ESS. Repare-se que os países escandinavos apresentam valores muito próximos da Espanha e até superiores aos da Itália quanto à importância dada à família.

Contrariando estereótipos, assim, a família continua a ser a principal esfera de investimento pessoal. O parece terá mudado foram os modelos familiares e as representações e modos de investimento na família. Fenómenos como a baixa da fecundidade e a

desdramatização do divórcio e da coabitação não podem portanto ser lidos como sintomas do declínio da família, mas antes como sintomas de novos investimentos e sentidos que lhe são dados, como o afastamento da ideia de que a família é definida essencialmente pelo laço formal. Com a afirmação da autonomia individual e a desvalorização da componente institucional do casamento, bem como da diferenciação rígida dos papéis sexuais, a construção da família mantém-se a dimensão mais importante da vida dos europeus. Aí se define agora um lugar onde se pretende que haja afirmação e manutenção da liberdade individual e espaço para a plena realização afectiva.

[FIGURA N.º 1]

**Qual a importância de cada um destes aspectos na sua vida?
(médias)**

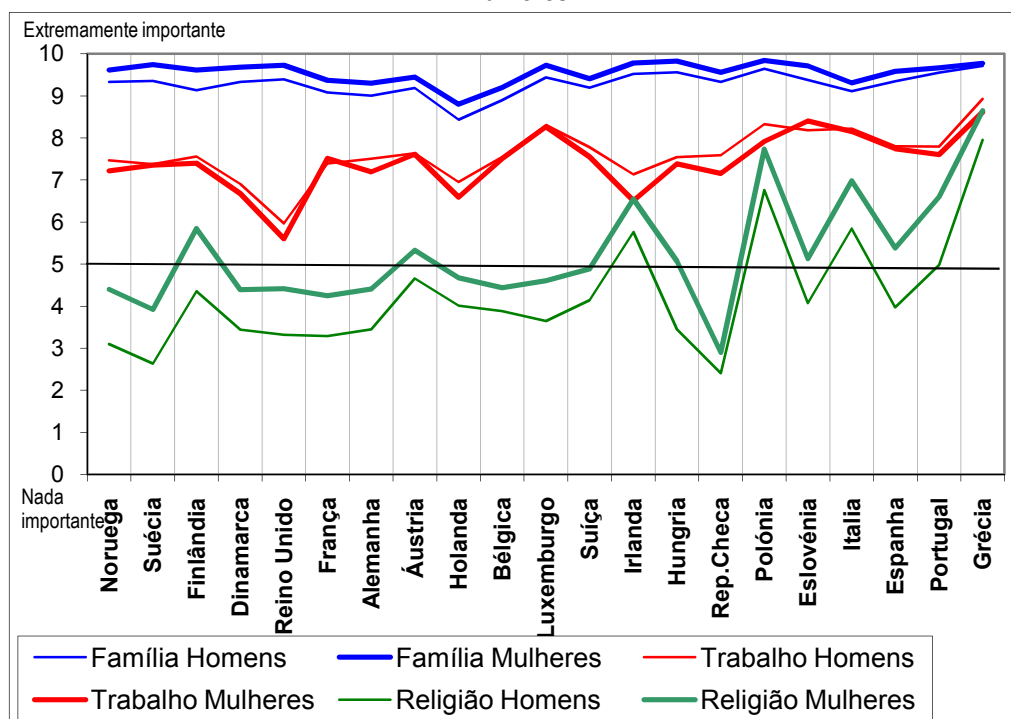


Fonte: ESS1, 2002

Importava saber também se existem diferenças de género quanto à prioridade atribuída às dimensões familiar e laboral, apesar das diferenças concretas quanto aos regimes de trabalho e à inserção no mercado de trabalho de homens e mulheres. Os dados mostram (Figura 2) que homens e mulheres avaliam a dimensão familiar como a mais importante das suas vidas (com valores acima dos 9, numa escala de 0 a 10) e a importância dada à dimensão do trabalho – ainda que menor – apresenta valores muito semelhantes para os dois sexos. A religião é a única dimensão em relação à qual se podem encontrar diferenças mais expressivas – com a mesma amplitude e com grande regularidade em todos os países - entre homens e mulheres.

[FIGURA N.º 2]

A importância da família, do trabalho e da religião na sua vida pessoal para homens e mulheres



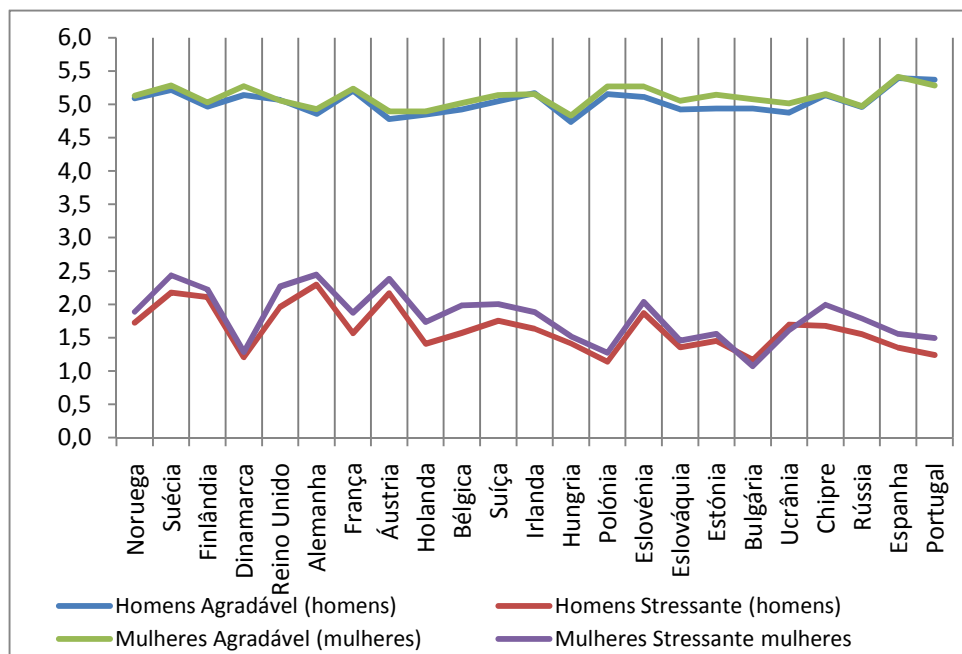
Fonte: ESS1, 2002

A valorização da família e do trabalho em condições idênticas por homens e mulheres também se pode ver nos resultados a perguntas formuladas no *European Social Survey (round 3, 2006)*, nas figuras 3 e 4.

Contrariando de novo estereótipos – afirmando que os homens atribuem por “natureza” mais importância ao trabalho e as mulheres à família – estes dados mostram que os desfasamentos entre os sexos são muito menores do que as diferenças entre países. A existência de maiores diferenças intra-sexos do que inter-sexos segue as conclusões de outros estudos realizados no âmbito da sociologia do género (Amâncio, 1994; Kimmel, 2000; Connel, 2002).

[FIGURA N.º 3]

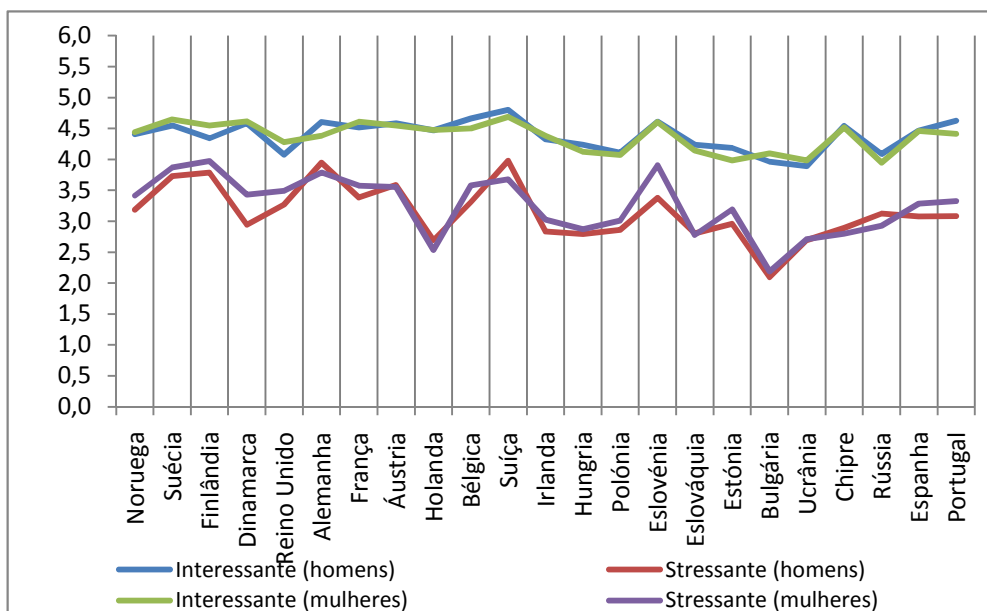
Opiniões dos homens e das mulheres sobre o tempo que passa com a família



Fonte: ESS 3, 2006

[FIGURA N.º 4]

Opiniões dos homens e das mulheres sobre o trabalho



Fonte: ESS 3, 2006

Os pais de filhos pequenos valorizam mais a dimensão familiar, mas isso não significa que a valorização do trabalho seja afectada. Antes pelo contrário, a dimensão laboral é também

mais valorizada pelos pais e pelas mães trabalhadoras do que pela generalidade das mulheres e dos homens activos, porventura fruto de uma lógica instrumental (Torres, Mendes e Lapa, 2006).

Os dados do ESS relativos à importância dada ao trabalho e à família revelam ainda que as mulheres investem ou querem investir nas duas frentes, refutando a ideia corrente – muitas vezes justificada pelo facto de a maternidade implicar um padrão de emprego descontínuo das mulheres (Klement e Rudolph, 2004) – de que as mulheres por serem trabalhadoras atribuem menor importância à família, ou que os homens atribuem mais importância ao trabalho do que à família. É certo que estas são posições valorativas de carácter muito geral. Trabalhos de natureza qualitativa têm mostrado que apesar de no plano do discurso os homens valorizarem muito a vida familiar e considerarem que as mulheres têm o direito à realização pessoal através da profissão, tendem a proceder na *prática* como se a responsabilidade pelas respectivas esferas continuasse a seguir os padrões das antigas assimetrias sexuais (Torres, 2004; Torres, Mendes e Lapa, 2006).

Quanto às mulheres, o que estes dados trazem talvez de novidade é exactamente que para elas o trabalho é um valor em si mesmo, não se justificando apenas pela necessidade económica de haver dois rendimentos. Ele faz parte de um modelo identitário feminino forte, mesmo em países onde há menor inserção das mulheres no mercado de trabalho. Neste campo, pode falar-se de uma convergência europeia de simbolismos partilhados. Todavia, a possibilidade de as mulheres verem concretizado com harmonia este seu desejo de duplo investimento no trabalho e na família depende de condições concretas e específicas que, variando de país para país, criarão nalguns casos dilemas e imporão opções não desejadas⁶.

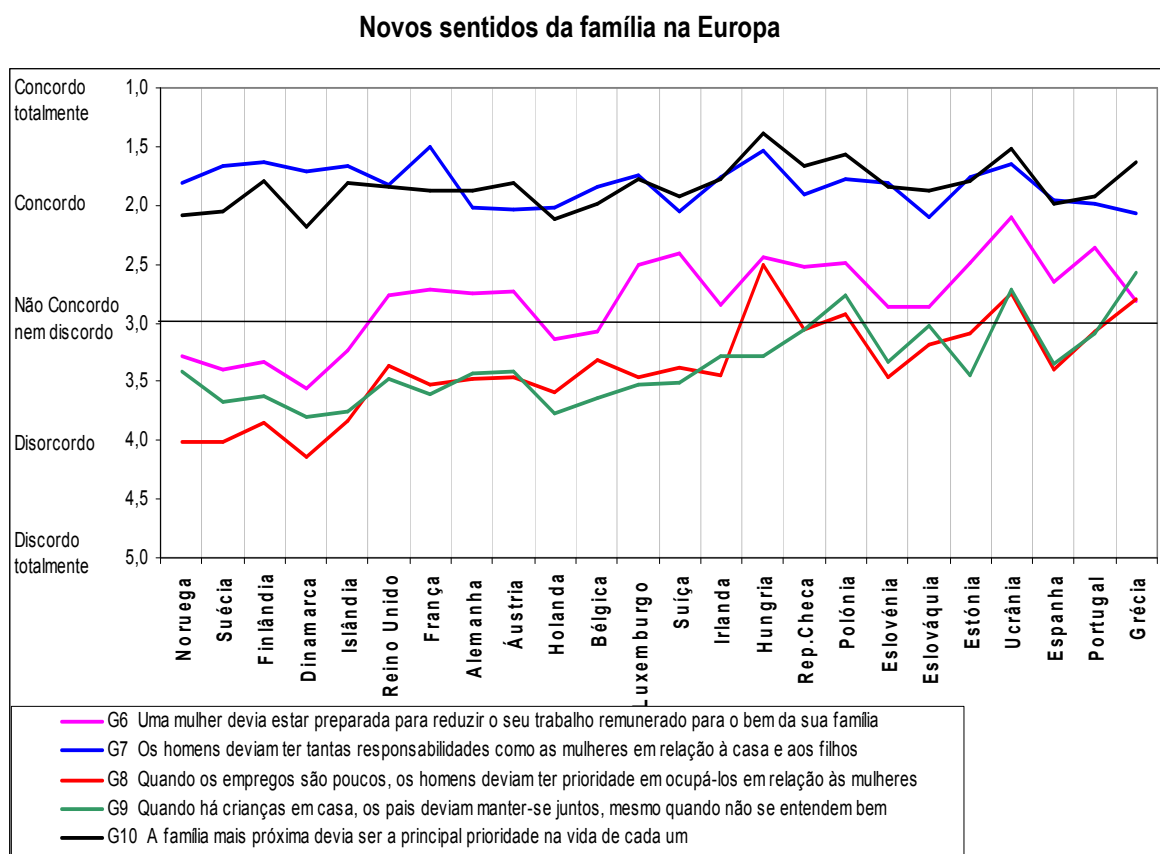
2.3 Novos sentidos da família

Resultados de um conjunto de perguntas inseridas no *European Social Survey, round 2* (2004) vêm confirmar as tendências de valorização da vida familiar e da vida profissional em planos idênticos para ambos os sexos. E permitem ainda chegar a novas conclusões a respeito da relação entre trabalho, vida familiar e género. Eles apontam para o que passámos designar os novos sentidos da família, como se pode observar na Figura 5.

⁶ Uma ideologia de cariz maternalista que não favoreça o emprego feminino e a inserção das mães no mercado de trabalho pode colocar às mulheres dilemas pessoais quanto à gestão da relação família/trabalho e até constituir em certos países um contributo perverso e não intencional para a baixa da fecundidade.

Em síntese, podemos dizer que os valores de consenso altamente valorizados em todos os países se concentram à volta de duas ideias centrais. A primeira, a prioridade dada à família, confirmando outra vez a valorização da vida familiar e dos afectos. A segunda, com idêntica valorização, refere-se à igualdade de género nas responsabilidades familiares expressa através da ideia da necessidade do envolvimento dos homens no mesmo plano do que as mulheres na vida familiar. A valorização desta simetria entre os sexos nas responsabilidades familiares em plano idêntico ao da centralidade da família contribuiu para dar conteúdo à expressão novos sentidos da família. Mas outras expressões valorativas reforçaram esta ideia.

[FIGURA N.º5]



Fonte: ESS 2, 2004

Com efeito, rejeita-se também de forma bastante expressiva em todos os países a ideia do sacrifício do trabalho profissional das mulheres em favor dos homens e a indissolubilidade do casamento devido à existência de crianças. A rejeição em todos os países europeus da ideia segundo a qual os homens devem ter prioridade sobre as mulheres no trabalho pago é outra posição que contribuiu para a proposta que temos vindo a fazer dos novos sentidos da família,

reforçando a ideia de igualdade de género também no acesso ao trabalho pago. Por outro lado, a aceitação generalizada de que os filhos não devem constituir obstáculo ao divórcio aponta para a uma perspectiva de valorização da relação familiar a partir do bem-estar dos indivíduos e do casal e não tanto numa lógica institucionalizada ou de sacrifício do bem-estar do indivíduo ao colectivo.

Mas prevalecem posicionamentos ambíguos na maioria dos países quanto a uma perspectiva verdadeiramente igualitária quanto às responsabilidades das mulheres na família. Com efeito, a resposta à pergunta “as mulheres deviam estar preparadas para sacrificar a sua vida profissional em função da família” só é rejeitada nos escandinavos, que defendem assim uma perspectiva igualitária de forma coerente, em todas as respostas. Nos restantes países prevalece uma resposta a tender para o intermédio (não concordo, nem discordo) ou para o concordo (embora com valores baixos). A explicação para a prevalência de uma certa ambiguidade na maioria dos países pode ser encontrada num conjunto de resultados referentes à inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho e na divisão do trabalho não pago, que ainda apresentaremos.

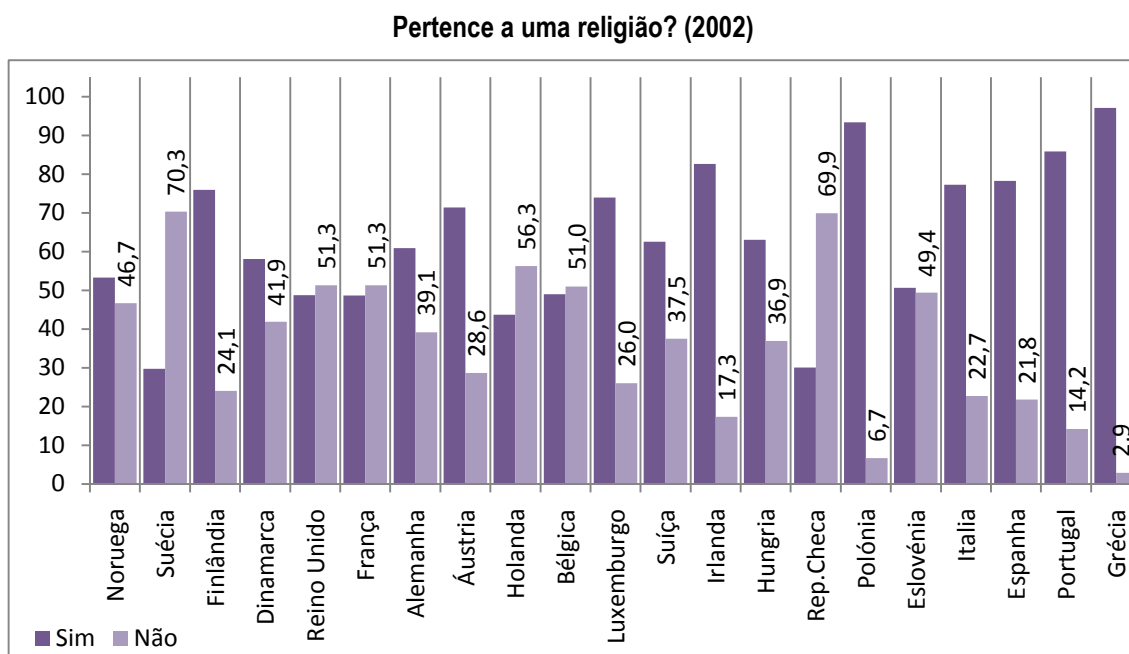
2.4 Tendências de Secularização

Vale a pena ainda registar alguns resultados relativos à religião. A Figura 6 mostra as respostas relativamente à pergunta se se tem ou não tem religião. Verificou-se, com alguma surpresa para os investigadores, que entre os 21 países analisados, em seis a maioria declara não ter nenhuma religião: Suécia, Reino Unido, França, Holanda, Bélgica e República Checa constituindo em termos de população uma percentagem de cerca de 36% dos europeus inquiridos. Estes dados ilustram o que tem sido designado por secularização na Europa e que, para além deste menor sentimento de afiliação, se tem verificado ao nível de um abaixamento progressivo das práticas religiosas. Permanece, contudo um “núcleo duro” de países com grande constância relativamente ao sentimento de pertença a uma religião como é o caso dos países do sul, da Polónia e da Irlanda.

À mesma pergunta formulada em 2008, o valor dos que afirmaram não pertencer a nenhuma religião sobe para 39% (Figura 7). Embora se registre a subida, a comparação não pode ser assumida em todas as suas consequências na medida em que não há inteira sobreposição de

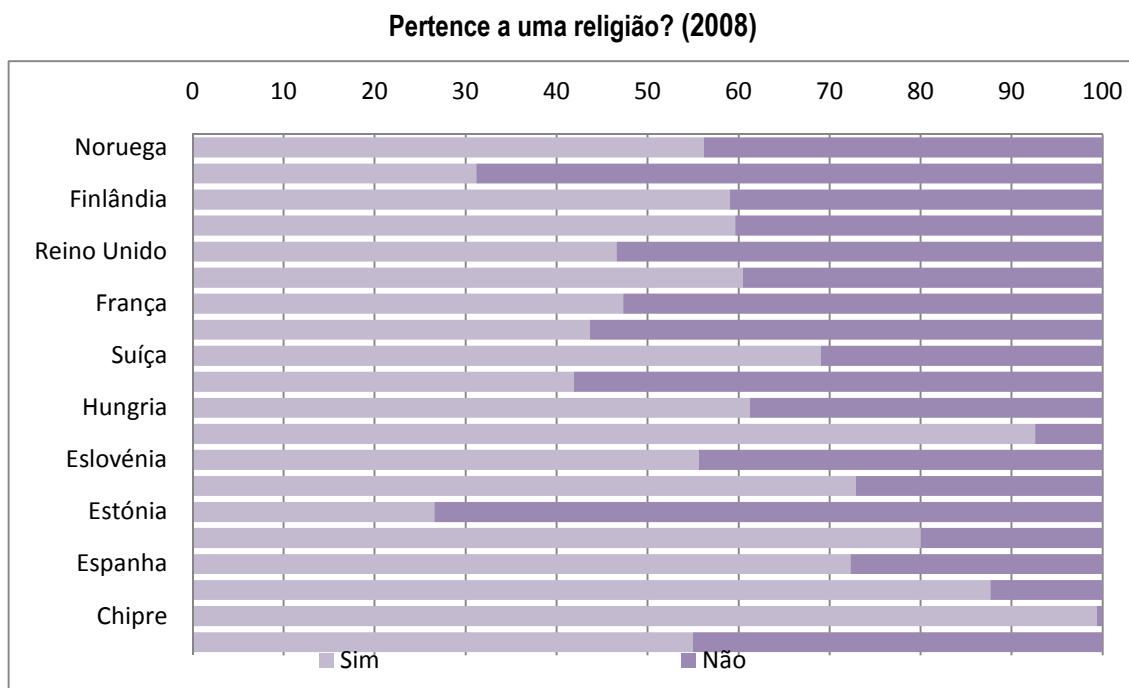
países, tendo entrado para o ESS novos países em 2008 mas também tendo saído outros relativamente a 2002.

[FIGURA N.º6]



ESS, Round 1, 2002

[FIGURA N.º7]



ESS, Round 4, 2008

2.5 A Europa dos casais: das representações às práticas.

Vejamos agora alguns dados sobre práticas referentes à conjugalidade, à formalização dos laços conjugais e ao divórcio que de novo nos remetem para a identificação de tendências centrais quanto às famílias na Europa, ilustrando por seu turno os processos de sentimentalização, individualização e desinstitucionalização.

O Quadro 1 mostra que o casamento permanece a principal forma de conjugalização e que existe também entre os Europeus um desejo forte de viver em conjugalidade, seja formal ou informalmente, já que as situações de divorciada/o e as de monoparentalidade tendem a ter fraca expressão, revelando-se frequentemente situações transitórias. O papel central que a vida familiar e conjugal desempenham para a felicidade pessoal é de tal maneira relevante que a maioria das pessoas divorciadas tendem, de facto, a voltar à conjugalidade, como se vê também na Figura 8.

[QUADRO N°1]

Estado civil e coabitação
(Percentagem)

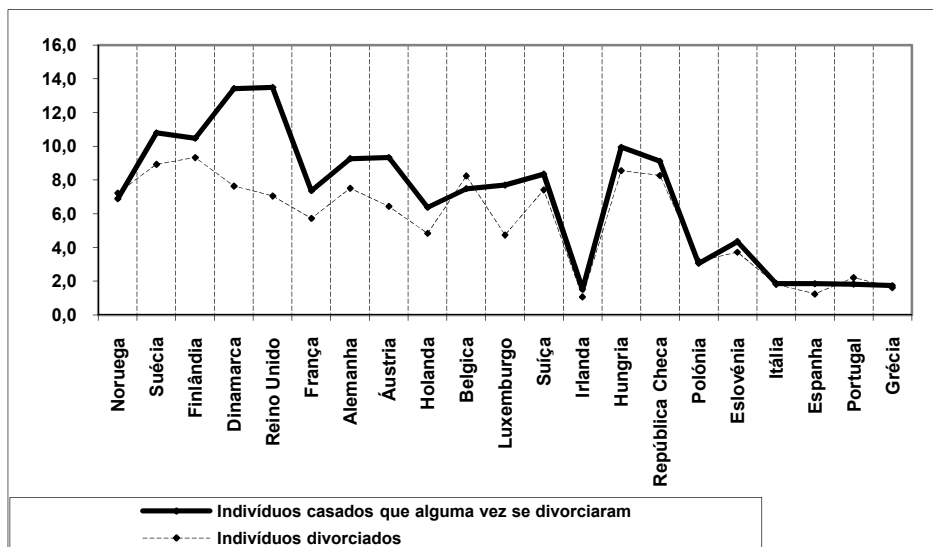
	Casado (a)	Separado (a)	Divorciado (a)	Viúvo (a)	Solteiro (a)	Vive em coabitação 1)
Noruega.....	51,3	1,2	7,2	7,1	33,2	36,9
Suécia.....	46,1	0,8	8,9	5,4	38,8	36,9
Finlândia.....	50,2	0,7	9,3	6,4	33,4	24,5
Dinamarca....	55,0	0,8	7,6	5,7	30,9	35,5
Reino Unido...	55,7	2,4	7,1	6,9	27,9	21,8
França.....	58,3	1,3	5,7	5,7	29,0	28,6
Alemanha.....	56,2	1,9	7,5	8,2	26,2	20,9
Áustria.....	58,4	1,1	6,4	5,8	28,3	24,4
Holanda.....	63,2	0,4	4,9	5,9	25,6	----
Bélgica.....	53,5	2,5	8,2	6,4	29,4	19,1
Luxemburgo..	54,4	1,4	4,7	5,3	34,2	15,6
Suíça.....	58,9	1,5	7,4	4,3	27,9	22,1
Irlanda.....	55,3	3,3	1,1	7,4	32,9	8,0
Hungria.....	55,3	0,8	8,5	12,3	23,1	15,1
Rep. Checa....	64,4	1,8	8,3	10,6	14,9	13,3
Polónia.....	57,6	0,5	3,2	9,8	28,9	3,6
Eslovénia.....	53,9	0,7	3,7	9,0	32,7	14,4
Itália.....	60,5	2,2	1,8	6,7	28,8	7,6
Espanha.....	58,5	1,7	1,2	7,5	31,1	4,9
Portugal.....	64,8	0,7	2,2	7,5	24,8	4,0
Grécia.....	66,6	0,6	1,6	7,6	23,6	3,0
Média.....	57,8	1,6	5,2	7,4	28,0	20,4

Fonte: European Social Survey, 2002

- 1) Esta coluna encontra-se separada porque é uma informação à parte podendo todas as categorias do estado civil coexistir com a coabitação.

[FIGURA N.º 8]

Inquiridos divorciados e inquiridos casados que alguma vez se divorciaram (%)

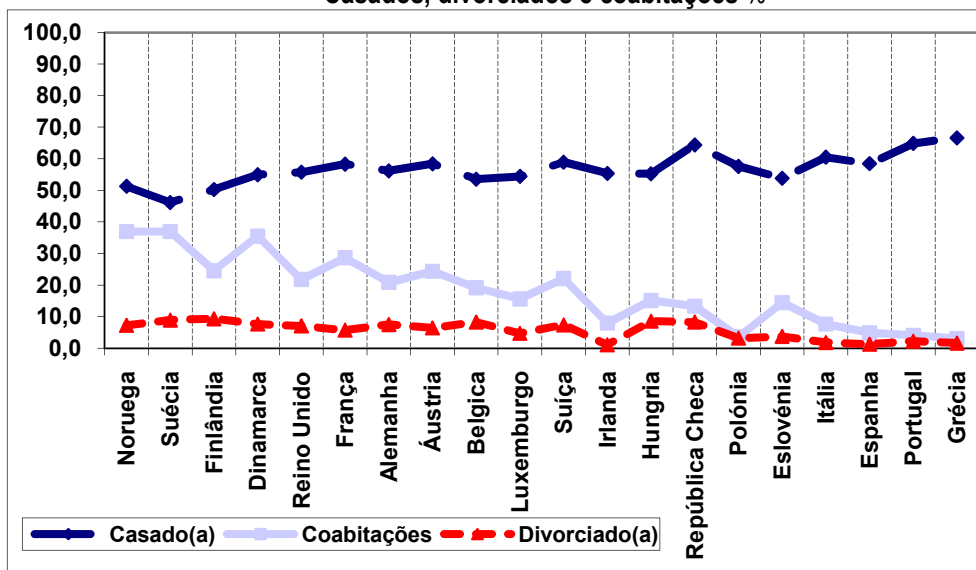


ESS, Round 1, 2002

O corte sincrónico mostra diferenças entre os países do ESS. Por um lado, temos países como os escandinavos, e do norte e centro da Europa com mais coabitações e divórcios e com menos pertença religiosa. Já nos países do sul, na Polónia e na Irlanda, a religião tem maior peso e é onde existe o número mais elevado de casamentos formais, bem como menos divórcios e menos coabitações (Figura 9).

[FIGURA N.º 9]

Casados, divorciados e coabitações %



ESS, Round 1, 2002

Contudo, qualquer análise diacrónica mostra que se verificam processos de transformação em toda a Europa com o mesmo sentido evolutivo: maior valorização dos interesses individuais, valor acrescido tanto da família como da privacidade e da satisfação pessoal, exigência de posições simétricas entre homens e mulheres⁷ e desvalorização ou resistência a formas externas de imposição e condicionamento. Questiona-se assim a ideia tradicional de uma relação conjugal formal com papéis desiguais ou diferenciados e indissolúvel (Roussel, 1992; Giddens, 1995). E se estas são tendências globais apreciáveis para o conjunto da população, são os jovens, e em especial as mulheres, os que em geral tendem a aderir mais a estas perspectivas como já se viu e se conclui de resultados de outras pesquisas (Torres, 1996a).

Assim, é a mudança do sentido que se atribui ao casamento, mesmo até quando ele se realiza segundo o ritual católico, que parece ser de sublinhar. Importa salientar, em todo o caso, que, para além das diferenças entre os países europeus já indicadas, também internamente a cada país coexistem perspectivas diferentes. Se no plano dos valores a grande maioria se vai distanciando de uma visão tradicionalista do casamento e da família, a verdade é que se mantém grupos mais ou menos significativos aderentes a estas posições. Mas, e este parece ser factor ainda mais relevante, nem todos conseguem, por constrangimentos de diversos tipos, viver de acordo com as suas representações ou expectativas.

2.6 Forte inserção das mulheres no mercado de trabalho e assimetrias de género no trabalho não pago.

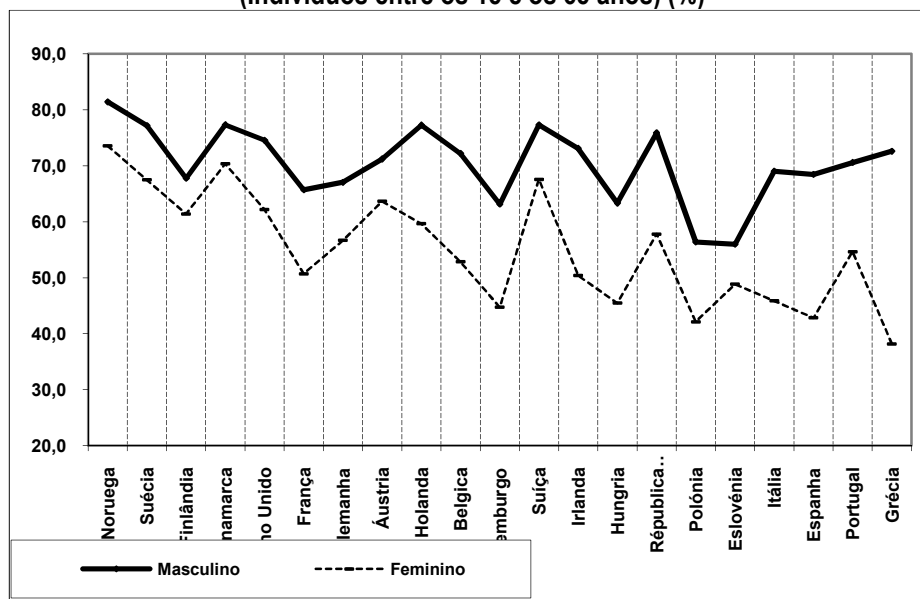
Ainda com recurso ao ESS, vejamos agora os valores concretos da inserção dos homens e das mulheres no mercado de trabalho, bem como das horas que estes dependem no exercício da sua actividade.

A figura 10 apresenta a proporção de mulheres e de homens que afirmaram estar a desempenhar uma actividade remunerada nos 7 dias anteriores à aplicação do questionário. O Quadro 2 identifica indicadores de inserção das mulheres no mercado de trabalho.

⁷ Note-se aqui o papel do movimento feminista (diferencialmente eficaz e presente em diferentes graus consoante o país), na mudança global da imagem da mulher e do casal.

[FIGURA N.º 10]

**Trabalho remunerado nos últimos 7 dias
(Indivíduos entre os 15 e os 65 anos) (%)**



ESS, Round 1, 2002

[QUADRO N.º2]

**Indicadores da integração das mulheres no mercado de trabalho e
número médio de horas semanais despendidas**

	Mulheres em trabalho a tempo parcial (%) (Eurostat)	Média de horas semanais de mulheres em trabalho a tempo parcial (Eurostat)	Mulheres em trabalho pago nos últimos 7 dias (%) (ESS)	Média de horas de trabalho das mulheres (1) (ESS)
Noruega.....	-	-	61,5	33,2
Suécia.....	36,3	22,8	55,5	36,7
Finlândia.....	16,9	20,8	50,3	37,9
Dinamarca...	35,2	19,9	59,9	35,6
Reino Unido.	44,5	18,4	53,1	31,8
França.....	31	23,1	43,8	35,6
Alemanha.....	37,9	18	47,1	33,3
Áustria.....	33	22	57,0	36,2
Holanda.....	70,6	18,8	52,4	25,4
Bélgica.....	39,9	22,5	44,1	36,1
Luxemburgo	26	21,3	39,8	31,3
Suíça.....	-	-	58,8	31,4
Irlanda.....	30,7	18,6	45,1	34,1
Hungria.....	-	-	37,8	40,9
Rep. Checa...	-	-	47,3	41,1
Polónia.....	-	-	35,4	41,8
Eslovénia....	-	-	39,5	44,0
Itália.....	17,4	24	39,0	38,4
Espanha.....	17,2	18	35,2	38,2
Portugal.....	16,4	20	46,5	42,5
Grécia.....	7,9	21,4	31,5	43,4
Média.....	-	-	44,5	35,5

Fontes: Moreno D.; Escobedo A. e Moss P.; (2002); European Social Survey, 2002

(1) Estes valores correspondem ao número médio de horas que cada mulher afirmou despende efectivamente numa semana de trabalho, incluindo as horas extraordinárias.

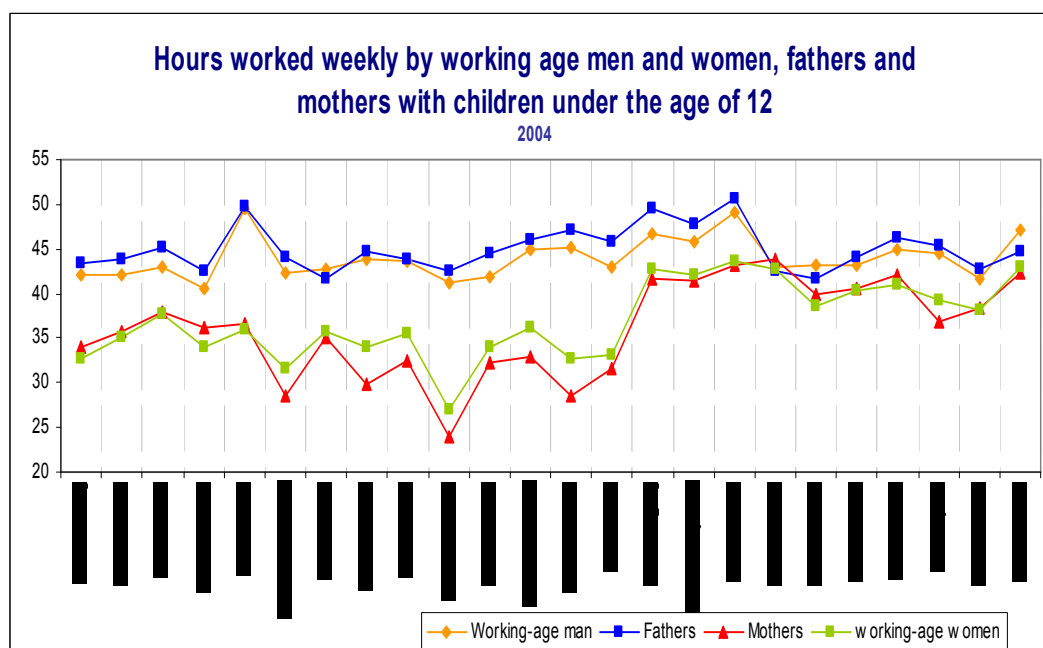
ESS, Round 1, 2002

Os países escandinavos, reforçando o contraste já atrás referido, divergem dos países do sul da Europa apresentando mais de 50% de mulheres a realizar uma actividade remunerada. Os países do norte e centro revelam também valores elevados da participação feminina no mercado de trabalho.

No sul e nos países do alargamento estes números atingem o seu valor mínimo mesmo se os valores devam ser interpretados com alguma cautela, pois podem também traduzir o elevado volume de desemprego feminino, não expressando apenas uma situação declarada e estável das mulheres ficarem em casa. Portugal e a República Checa constituem a excepção aos números baixos da participação feminina na esfera laboral.

Vale a pena, quanto a Portugal, fazer aqui um parêntesis para explicar por que se diferencia tanto o país dos seus congéneres do sul, destacando-se claramente pela forte presença das mulheres no mercado de trabalho. A especificidade de Portugal, que se vem manifestando desde os anos 70 e se mantém até à actualidade, deve-se ao efeito combinado de vários factores. Para além das condições socioeconómicas da população e dos baixos salários masculinos, há que ter em consideração a guerra colonial (1961-1974), os processos emigratórios e o facto de o pós-revolução política de 1974 ser um período de acolhimento ideológico de perspectivas igualitárias.

[FIGURA N.º 11]

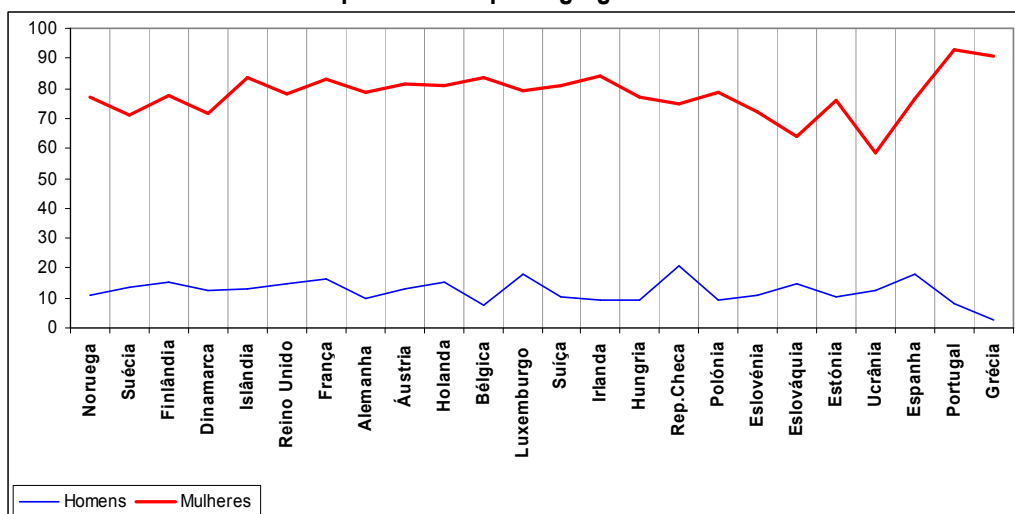


ESS, Round 2, 2004

Quanto ao trabalho pago e não pago verifica-se que tendo as mulheres forte inserção no mercado de trabalho, elas dedicam muito mais tempo do que os homens ao trabalho doméstico e aos cuidados com os filhos (Figuras 12 e 13) mesmo quando trabalham profissionalmente quase tantas horas como eles. Pode ainda verificar-se que os homens, e sobretudo os pais de crianças até aos 12 anos, tendem, simetricamente, a ocupar mais horas em trabalho pago como se viu na Figura 11.

[FIGURA N.º 12]

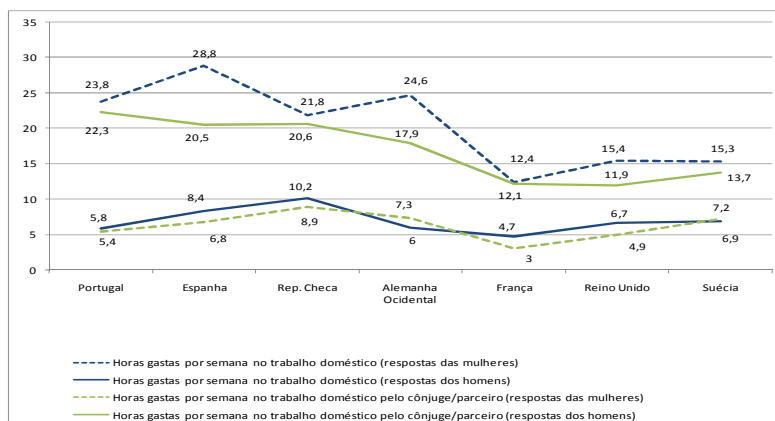
Divisão das tarefas domésticas. Percentagem de pessoas que afirma trabalhar mais de metade do total de tempo dedicado pelo agregado às tarefas domésticas *



ESS (round 2) 2004; * Num dia normal de semana. Casais em que ambos trabalham

[FIGURA N.º 13]

Número de horas semanais gastas com o trabalho doméstico, casais em que ambos trabalham, por sexo e por país (médias)



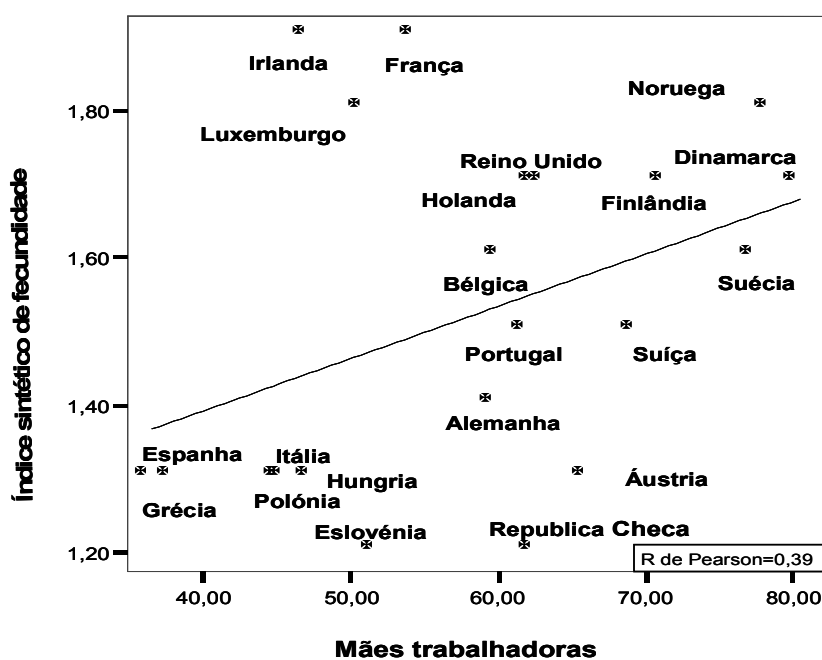
Retirado de: Amâncio, Lígia (2007) Género e divisão do trabalho doméstico – o caso português em perspectiva. In Família e Género em Portugal e na Europa, org. Karin Wall, Lígia Amâncio, 161-108, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.

Vale a pena ainda salientar, por outro lado, que a actividade feminina não é inimiga da fertilidade (Figura 14).

Durante muito tempo generalizou-se a convicção de que um dos factores fundamentais que contribuiriam para explicar a quebra acentuada das taxas de natalidade era a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Ora se é verdade que durante vários anos a correlação entre fecundidade e participação feminina no mercado de trabalho, para os países da OCDE, era negativa (Del Boca e Locatelli, 2003: 152) já desde os finais dos anos oitenta se verifica exactamente o efeito contrário. A Figura 14 mostra como, na maioria dos países da UE, quanto maior é a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, mais elevado é o índice sintético de fecundidade. Não deixa de se verificar, no entanto, que em nenhum país da EU se atingem os valores necessários para a reposição das gerações.

[FIGURA Nº 14]

Correlação entre o índice sintético de fecundidade e a percentagem de mães trabalhadoras



Fonte: Torres, Mendes e Lapa (2006)

Como explicar esta inversão? Vale a pena antes de procurar compreender estes processos, observar os dados de evolução de ambos os indicadores nos vários países europeus.

Quando olhamos para a evolução dos índices sintéticos de fecundidade⁸ na UE desde os anos 60, verificamos que nos países do norte e centro, e em especial nos escandinavos, a tendência de descida foi precoce e suave até aos anos 80, registando-se depois em 2000 uma ligeira subida. Nos países do sul, em contrapartida, a desaceleração da fecundidade é mais brusca e tardia⁹ já que cai abruptamente a partir dos anos 80 mantendo-se depois com valores muitíssimo baixos até aos nossos dias (Del Boca and Locatelli, 2003: 152; Therborn, 2004: 285).

Quanto à taxa de actividade feminina ela sobe sempre em todos os países, mas nos escandinavos, e nalguns países do norte da Europa, ela era já elevada nos anos 80¹⁰; em contrapartida, nos países do sul a participação feminina no mercado de trabalho era escassa para os mesmos anos e, muito embora tenha subido posteriormente, mantém-se baixa, com excepção de Portugal, em relação aos outros países.¹¹ (Del Boca and Locatelli, 2003: 152; Engelhardt e Prskawetz, 2002). Assim, chegamos a 2002 com uma correlação positiva entre a participação das mulheres e das mães no mercado de trabalho e os indicadores de fecundidade.

Outro aspecto significativo a sublinhar em relação à actividade profissional feminina é que a valorização do modelo de mulher activa varia positivamente com o respectivo grau de instrução (Figura 15). Chegamos assim a um novo modelo de mulher instruída em toda a Europa, e em média mais instruída do que os homens, valorizando simultaneamente a aposta na família e no trabalho, ilustrando como se disse a transformação de uma imagem de uma mulher “natureza” para a de mulher indivíduo. Rejeita ficar secundarizada no mercado de trabalho face aos homens, mas continua a ser objectivamente penalizada em termos salariais relativamente a estes, como se verifica de forma evidente na Figura 16.

⁸ Número de crianças por mulher ou, mais precisamente, número de crianças que nasceriam por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos) de acordo com as taxas de fecundidade específica por idade.

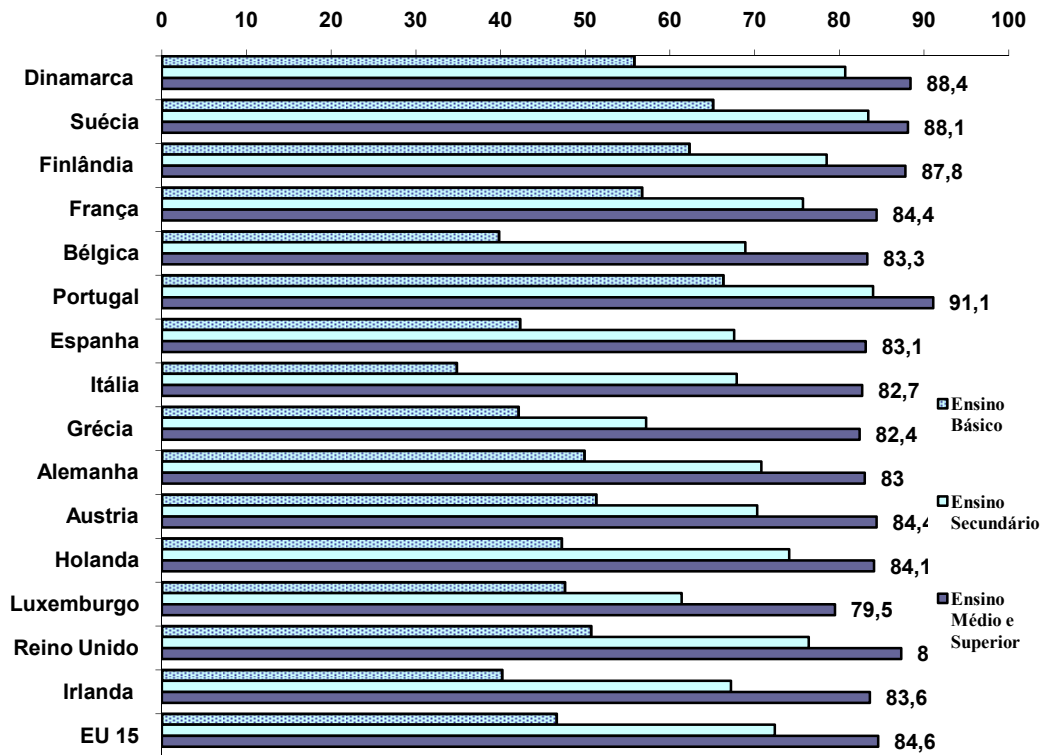
⁹ Segundo os dados que acompanham a evolução dos índices sintéticos de fecundidade ao longo das sucessivas gerações de mulheres (começando nas mulheres nascidas em 1930) verifica-se que os países do sul partem dos maiores índices sintéticos de fecundidade da Europa nas gerações mais velhas, apresentando depois um grande decréscimo deste indicador ao longo das gerações (Eurostat, 2001).

¹⁰ Vejam-se os exemplos da Dinamarca, que em 1980 apresentava índice sintético de fecundidade de 1,55 e uma taxa de actividade feminina de 72,8%; da Finlândia que para o primeiro indicador apresentava um valor de 1,63 e 72,9% para o segundo e da Suécia que, tinha, em média, 1,68 filhos nascidos por mulher e 78,3% de mulheres activas (Eurostat, 2001). Nos países do sul verifica-se precisamente o contrário: as taxas de fecundidade são, na mesma década, mais elevadas e as de actividade feminina mais baixas. Note-se que a Grécia apresentava uma taxa de fecundidade de 2,21; Portugal de 2,18 e Espanha de 2,20 e uma taxa de actividade feminina de 40,8%; 59,8% e 34,7% respectivamente. (Eurostat de 2001, dados referentes a 1980).

¹¹ Segundo os dados do Eurostat de 2001, em 2000 a Dinamarca apresentava uma taxa de fecundidade de 1,76; a Finlândia de 1,73; a Suécia de 1,54 e uma taxa de actividade feminina de 72,1%; 65,2% e 69,7% respectivamente. Em 2000 a Grécia apresentava uma taxa de fecundidade de 1,30; a Itália de 1,25; Portugal de 1,54 e Espanha de 1,22 e uma taxa de actividade feminina de 41,3%; 39,3%; 60,4% e 40,3% respectivamente.

[FIGURA N.º 15]

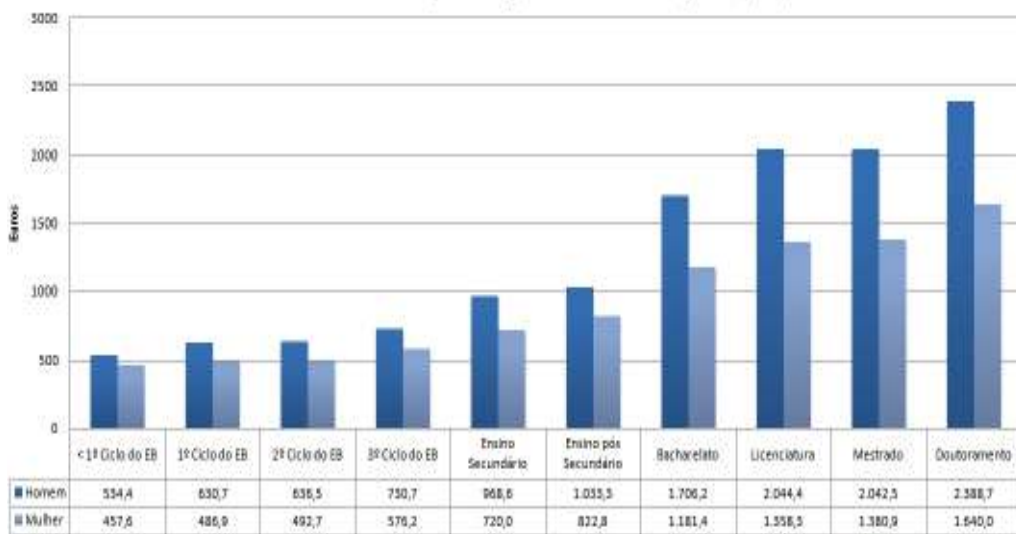
Mulheres segundo o nível de ensino activas (25 a 64 anos) (%) 2002



Fonte: Employment Outlook, 2002

[FIGURA N.º 16]

Gráfico 2. Remuneração média segundo o nível de escolaridade, por sexo (2006)



Fonte - Quadros de Pessoal 2006 (GEP/MTSS).

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

2.7 Tendências específicas no caso português

Vale a pena olhar com atenção para o Quadro 3, onde se podem observar a evolução de alguns indicadores demográficos relativamente a Portugal. Podemos verificar dois grandes movimentos. Em primeiro lugar, e para indicadores que se complementam como a taxa de nupcialidade e os nascimentos fora do casamento, os anos 70 representam o que se poderá classificar com a primeira modernização da família (Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall, 1998), registando a nupcialidade um ponto máximo e um ponto mínimo aquilo que em linguagem tradicional se chamavam os nascimentos “ilegítimos”. Nestes anos 70 teremos ainda fecundidade média elevada – embora para ela continue a contribuir o peso alto da descendência nas zonas interiores e rurais - idades jovens ao nascimento do primeiro filho e casamento católico com valores muito elevados.

Comparando estes indicadores com os de outros países poderemos afirmar que o primeiro movimento de modernização se dá muito mais tarde em Portugal do que no centro e norte da Europa. Contribui para explicar esta diferença o peso sensivelmente mais elevado, no nosso país, da população rural nos anos 60. Na década seguinte inicia-se um movimento que poderemos designar por segunda modernização, mais evidente ainda nos anos 80 e 90 – baixa a nupcialidade, a fecundidade e os casamentos católicos, crescem os divórcios e a idade ao nascimento do primeiro filho.

[QUADRO N°3]

Evolução dos indicadores demográficos relativos à família. Portugal (1960-2008)

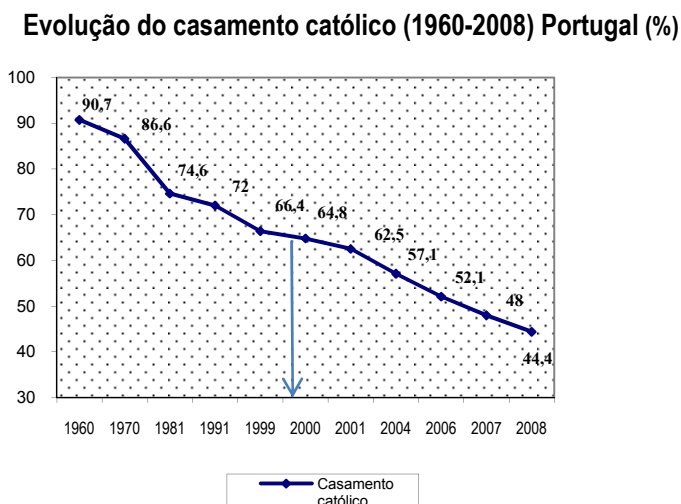
	1960	1970	1981	1991	2000	2004	2008
Índice sintético de fecundidade 1)	3,2	3,0	2,1	1,6	1,5	1,4	1,4
Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho	25,0	24,4	23,6	24,9	26,5	27,5	28,4
Taxa bruta de nupcialidade 2)	7,8	9,4	7,8	7,3	6,2	4,7	4,1
Taxa bruta de divórcio 3)	0,1	0,1	0,7	1,1	1,9	2,2	2,5
Casamentos católicos	90,7	86,6	74,6	72,0	64,8	57,1	44,4
Nascimentos fora do casamento 4)	9,5	7,3	9,5	15,6	22,2	29,10	36,20

1) Número de filhos por mulher em idade fecunda 15/49 anos. 2) Casamentos×1000/pop. média 3) Divórcios×1000/pop. Média 4) Total de nados-vivos nascidos fora do casamento por 100 nados vivos 5) Os critérios para a definição deste tipo de famílias pode ser encontrado em Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall (1998:49).

Fontes: INE, Estatísticas Demográficas, 1960-2008; Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall (1998); Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres (2007);

Importa agora registar o que se está a passar nos primeiros 8 anos do século XXI. Repare-se não só no Quadro 3 mas também nas Figuras 17, 18 e 19, com fonte nas Estatísticas Demográficas do INE, e onde se podem verificar variações abruptas dos principais indicadores nos últimos anos. Assim, a percentagem de casamentos católicos desceu em 8 anos quase tantos pontos percentuais (20,4) - de 64,8% em 2000 para 44,4% em 2008 - como em 30 anos (de 1970 a 2000, 21,8 pontos percentuais), como se pode ver na Figura 17.

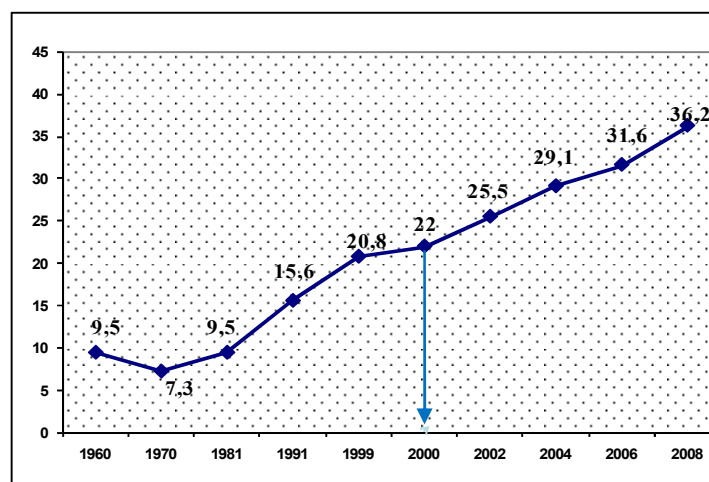
[FIGURA N.º 17]



Com os nascimentos fora do casamento verifica-se fenómeno idêntico. Em 1970 em que eles representavam 7,3%, passando 30 anos depois para 22,2%, aumento portanto de 14,9 pontos percentuais (Figura 18). Mas apenas em 8 anos (de 2000 para 2008) eles sobem 14 pontos. Os divórcios têm também uma subida muito acentuada na primeira década do século XXI caindo por sua vez de forma muito marcada a nupcialidade (Figura 19).

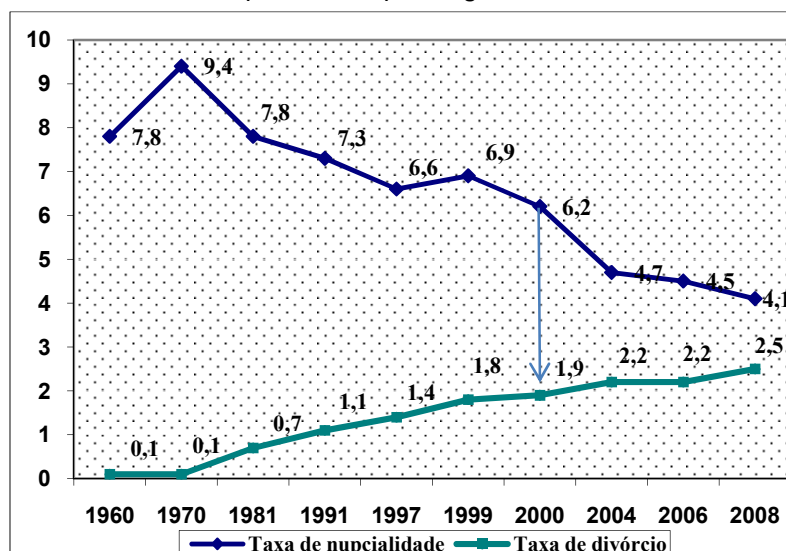
[FIGURA N.º 18]

Nascimentos fora do casamento (1960-2008) Portugal (%)



[FIGURA N.º 19]

**Evolução das taxas brutas de nupcialidade e de divórcio
(1960 e 2008) Portugal**



Voltando, e para terminar, aos casamentos católicos, vale a pena dizer que esta queda abrupta foi factor inesperado, embora já desde 2007 se realizem em Portugal mais casamentos civis do que católicos. Desde o início dos anos 90 vínhamos chamando a atenção, com base em resultados de pesquisa, para o facto de ser mais importante, em Portugal, a mudança de sentido atribuído a essa cerimónia religiosa, do que a sua menor prática. Com efeito, como se pode ver no Quadro 4, a maioria dos portugueses considerava em 1999 que o casamento religioso se realizava fundamentalmente por razões de natureza ritualista (33%), que ele não acrescentava nada à união entre duas pessoas (26%) ou que ele se celebrava apenas por conformismo (9%). Os que acreditavam que o casamento católico era um sacramento constituíam apenas 30%.

[QUADRO N.º4]

Opiniões sobre o casamento religioso (Nacional, 1999)

N=1700

%	Total
O casamento pela igreja é o que consagra de forma plena a união entre duas pessoas	30
O casamento pela igreja é uma cerimónia bonita e festiva que consagra um momento importante	33
O casamento pela igreja acontece porque as pessoas são pressionadas pelos pais ou pelas circunstâncias	9
O casamento pela igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas	26
Não sabe/Não responde	2
Total	100

Fonte: Torres (2002)

Na mesma linha de interpretação, mesmo para os que se declaram crentes têm mudado a forma de viver a religião e a prática religiosa. Como se verificou na pesquisa sobre o casamento, a partir de entrevistas qualitativas, é muito frequente os católicos dizerem que na sua vida quotidiana não seguem as indicações da hierarquia da igreja católica a propósito da contraceção, ou da prática religiosa, pensando muitas vezes de forma diferente da mesma hierarquia a propósito de assuntos como a interrupção voluntária da gravidez, o divórcio, a virgindade antes do casamento entre outros (Torres, 2002).

Essa mesma descoincidência se pode observar no Quadro 5, desta vez nas respostas ao inquérito extensivo já referido, a propósito da posição de crentes e não crentes sobre o divórcio. Verificamos que apenas 20% dos católicos praticantes considera que o divórcio em nenhuma circunstância deve ocorrer.

[QUADRO N°5]

Opiniões sobre o divórcio, segundo a religião (Nacional, 1999)

%	N=1700				
	Agnóstico	Católico praticante	Católico	Ateu	Total
Mesmo que haja razões fortes para um divórcio o casamento deve manter-se para que a família não se desagregue	4	20	10	10	14
Mesmo tendo casado com a noção de que o casamento é para toda a vida e ainda que haja filhos, há problemas graves na vida do casal que podem justificar o divórcio	41	36	30	30	32
O divórcio é a melhor solução para um mau casamento	55	41	56	57	51
Não sabe / Não responde		3	4	3	3
Total	100		100	100	100

Fonte: Torres (2002)

Ora os dados de 2008 e dos primeiros anos do século XXI aparentemente mostram que, para além desta mudança de sentido que já vínhamos observando desde os anos 90, algo de novo parece estar a passar-se. Tudo parece apontar para a intensificação, no nosso país, de um conjunto de processos de mudança no que diz respeito ao casamento e à vida familiar. Colocamos como hipótese que se trate da chegada à idade adulta de uma geração nascida nos anos 70 em contextos valorativos já muito diferentes de gerações anteriores. Hipótese a testar em futuras pesquisas.

2.8 Tendências centrais na Europa e em Portugal: síntese.

Podemos concluir este “retrato” das famílias na Europa usando dois tipos de perspectivas. Através da primeira, que poderíamos designar como vista de longe, surge uma Europa dos casais, já que estar em casal – através do casamento ou da coabitação – é a situação predominante. De resto, ser mesmo formalmente casado (58%) é o estado civil mais frequente, estando solteiros 28% e sendo pouco expressivas as situações de separação (2%), divórcio (5%) ou de viuvez (7%). Vivem ainda em coabitação 20% dos europeus. Razões sem dúvida para reforçar a ideia de uma Europa dos casais, revelando a fraca representação das famílias monoparentais ou dos divorciados o facto de estarmos, de certo, perante situações transitórias. Muitos dos que se divorciam ou separam voltam à conjugalidade através do casamento ou da coabitação.

As grandes mudanças a que temos assistido nos últimos anos têm como resultante final o retrato genérico que agora se evidencia: a prevalência da vida familiar em várias modalidades – em casal com ou sem filhos, ou a viver com os ascendentes – sobrepõe-se claramente às situações em que se está sozinho com ou sem filhos. É esta variedade de modos de vida em família, constituída pelo casamento formal ou pela coabitação, resultando de um primeiro ou de um segundo casamento ou união de facto, que prevalece na Europa.

Trata-se dos efeitos da chamada sentimentalização, privatização, secularização e individualização das famílias modernas e da modernidade tardia, que ao contrário de produzirem estilhaçamentos produzem recomposições, tornando as modalidades de viver em família mais plurais e diversas. Diversidade que se amplia, como é evidente, quando através de um olhar de perto comparamos os países entre si.

A vista de longe permite ainda destacar a forte presença das mulheres, e também das mães, no mercado de trabalho, evidenciando uma correlação positiva – para alguns de certo inesperada – entre esta participação feminina na actividade profissional e os índices de fecundidade.

A valorização da família como prioridade absoluta na vida pessoal dos europeus é outra resultante claríssima. A análise dos valores a que sequencialmente se dá importância contribui para concluir igualmente por uma visão não tradicional da família. Valoriza-se, depois da família, e na grande maioria dos países, os amigos, em terceiro lugar está o lazer e em quarto o trabalho,

trocando de posição os últimos dois valores nalguns países. A valorização da família está dissociada da religião. Os afectos e o tempo para os usufruir, em associação próxima com o trabalho, constituem sem dúvida as dimensões da vida a que os europeus dão mais importância.

Foi ainda muito interessante verificar, no plano dos valores, para desconstruir visões essencialistas sobre as diferenças entre homens e mulheres, que é quanto à valorização do trabalho que as diferenças entre os sexos se anulam praticamente, mostrando que este é uma referência tanto para uns como para outros.

Mas quando se passa a uma perspectiva mais próxima surge uma imagem bem mais polifacetada cujos contornos resultam, de certo, do cruzamento entre as dinâmicas internas¹² de cada país e os mecanismos sociais transversais de mudança a que nos referimos, com calendários e ritmos diversos.

No norte da Europa, mas em especial nos países escandinavos, as famílias são mais pequenas, há mais jovens a viver sozinhos. Também aqui se verifica a existência de mais coabitações e divorciados e é mais elevado o número dos que declaram não ter religião. Os processos de individualização, secularização e autonomização – em especial dos jovens e das mulheres – parecem ter chegado primeiro a estes países.

Nos países do alargamento e do sul as famílias tendem a ser ligeiramente maiores, com mais inquiridos, em especial jovens, a viver com os ascendentes, com menos indivíduos a viver sós, sendo que a maior parte dos que estão nesta situação são pessoas mais velhas. Neste mesmo grande grupo, em conjunto com a Polónia e a Irlanda, a religião tem maior peso e é onde existe o número mais elevado de casamentos, bem como menos divorciados e menos coabitações.

Factor central de mudança na maioria dos países tem sido a crescente integração das mulheres no mercado de trabalho, quer em proporção, quer em horas de trabalho efectivo. Contudo, os efeitos desta reorganização dos papéis de género, na família e no trabalho, são muito diferenciados, dependendo de factores estruturais como rendimentos, taxas de desemprego juvenil, regimes de protecção social mas, sobretudo, da existência de políticas que

¹² Os países divergem também na existência ou não de políticas de promoção da natalidade, de apoio às mães trabalhadoras, de regimes legislativos e de segurança social, bem como nas formas diversas de articular trabalho/família, isto é, nas diferentes visões do que constitui problema público e privado. Mas também pesam diferentes alterações legislativas no direito da família que são reflexo de reivindicações e mudanças nas representações sociais e no modo como o direito assimila e facilita situações conjugais mais igualitárias.

permitam harmonizar as duas esferas. Sem esses apoios, ou há sobrecarga feminina, ou retracção perante a actividade quando se é mãe, ou ainda diminuição não desejada da descendência média. Viu-se, de resto, que nos países escandinavos onde se tende a assumir mais claramente uma visão individualizada da mulher como trabalhadora e como mãe e onde se desenvolvem políticas de igualdade de género, se verificam hoje, para além da França, os maiores índices de fecundidade da Europa, embora não se tenha chegado ainda à reposição das gerações.

Como se verificou, mulheres e homens dão praticamente a mesma importância à dimensão laboral. No entanto, o regime de trabalho feminino e as suas formas de remuneração, denunciam a existência de assimetrias. Também se mostrou que parentalidade e actividade profissional são objectivos simultaneamente perseguidos, praticados e valorizados tanto por europeus como por europeias (Torres, Mendes e Lapa, 2006).

A vida familiar, de resto, desenrola-se num quadro específico de constrangimentos que, sem impedir obviamente a acção e as estratégias individuais, impõem limites dando origem muitas vezes a contradições entre o que realmente se deseja e o que é possível concretizar. Um dos exemplos dessas dessintonias é o facto de ser difícil para os jovens – em especial as jovens – de muitos países, o processo de autonomização, de ter vida e espaço próprios e até de compatibilizar o desejo de constituir família com formas de realização profissional.

No fim da viagem conclui-se que na Europa vão prevalecendo formas de viver e valorizar a família segundo padrões modernos, mais plurais, com recusa da visão tradicionalista que acentuava os traços autoritários, patriarcais e institucionalistas das relações familiares. Insiste-se hoje na importância da dimensão afectiva, na realização e no bem-estar pessoal em contexto familiar, bem como na igualdade entre os sexos, sem se abdicar da ideia de ter filhos. Dentro deste quadro genérico, as diferenças entre países, no entanto, revelam-se não só no modo de praticar este modelo global como no acento tónico postos nos valores referidos.

Quanto ao caso português, vale a pena sublinhar dois aspectos fundamentais. O ritmo com que vivemos as transformações referidas foi muito intenso já que elas ganham maior amplitude e visibilidade num arco temporal curto – no essencial, nos últimos 25 anos do século XX – enquanto outros países europeus conhecem os fenómenos referidos a partir dos anos 60, ou seja, durante 40 anos. Talvez este facto ajude a explicar a existência de uma certa “babilónia” interpretativa que ora tende a considerar que o país continua muito “tradicionalista” no plano dos valores familiares, ora o consideram um país apressadamente “moderno”. A combinatória das

duas ideias é provavelmente correspondente à realidade, ela própria diversificada consoante os sectores sociais, as zonas do país ou até as idades e o género dos indivíduos de que se estiver a falar. Em segundo lugar, importa salientar a rápida aceleração na mudança dos indicadores e das tendências que a primeira década do século XXI parece já demonstrar, como se viu. É cedo para avaliar e explicar tal aceleração. Mas pode colocar-se a hipótese de estarmos perante uma mudança de práticas e de valores de uma geração nascida já na década de 70, que chegou à idade adulta num contexto social, cultural e valorativo diferente – tanto nas opções disponíveis, como nos constrangimentos específicos - relativamente a gerações anteriores. Hipótese de investigação em todo o caso a explorar em futuras pesquisas.

III O privado na agenda pública e política. O público presente na esfera privada.

Com o enquadramento inicial tentou-se identificar as linhas de força que contribuem para explicar as mudanças operadas nas famílias nos últimos 50 anos. Comparámos depois os diferentes países europeus no plano das configurações e representações familiares. Combinando a experiência de investigação diversificada dos últimos anos com os resultados que explicitámos nos pontos anteriores, faz agora sentido procurar resposta para temas que têm suscitado curiosidade.

Por que se discutem hoje tantos assuntos do chamado foro privado nas agendas públicas, mediáticas e mesmo políticas? Não faltam exemplos: casos de luta pela tutela jurídica de crianças, maus tratos às mulheres, crianças e idosos, problemas relativos à natalidade, IVG interrupção voluntária da gravidez, adopção, PMA procriação medicamente assistida, casamento entre pessoas do mesmo sexo, divórcio. Por que constam esses temas de acesas disputas políticas e eleitorais? Como explicar que em países tradicionalmente católicos, como Espanha e Portugal, maiorias parlamentares tenham aprovado o casamento entre pessoas do mesmo sexo? A nossa convicção é que o percurso que fizemos nos pontos I e II, em conjugação com linhas de pesquisa anteriormente desenvolvidas, contribuem para sugerir algumas respostas.

3.1 Percursos e linhas de investigação: onde o privado se encontra com o público e o político.

3.2 Duas linhas fundamentais de pesquisa que se encontram e complementam na primeira década do século XXI:

- 1ª linha de pesquisa: conjugalidades e relações íntimas.
- 2ª linha de pesquisa: mulheres, homens, género, família, trabalho e políticas públicas.

3.3 De que forma estes temas combinando privado e público confluem na agenda política?

3.4 Consequências da confluência dos temas.

3.1 Percursos e linhas de investigação: onde o privado se encontra com o público e o político.

Olhando para um percurso de investigação notamos que temas que em meados dos anos 80 do século XX pareciam só dizer respeito a uma minoria – num país tradicionalista no plano das relações e dos valores familiares - tornam-se, 25 anos depois, objectos de interesse sociológico alargado, de intervenção pública e mesmo de intenso debate político. Ilustrando assim a centralidade das tendências de mudança evidenciadas atrás como a sentimentalização, secularização e individualização.

3.2 Duas linhas fundamentais de pesquisa que se encontram e complementam na primeira década do século XXI:

- Análise das vivências da conjugalidade identificado as múltiplas dimensões nelas envolvidas - as rupturas mas também as mudanças por dentro - numa perspectiva que procurou sempre conjugar dimensões micro e macro;
- Os processos de emancipação feminina - de uma ideia de mulher natureza a uma ideia de mulher indivíduo - a individualização no feminino; o protagonismo e a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho; relações género, trabalho e família; intercepção das políticas com a família e com o trabalho;

1ª linha de pesquisa: conjugalidades e relações íntimas.

- Mulheres, Divórcio e Mudança Social (Torres, 1987); efeitos e impactos da “autonomização” do feminino;
- Amores e desamores: para uma análise sociológica das relações afectivas (Torres, 1987); as relações afectivas e amorosas como dimensão das relações sociais e objecto de análise sociológica;
- Fatalidade, Culpa e Desencontro. Formas da Ruptura Conjugal (Torres, 1992); diversidade social e de género nas formas de viver a ruptura conjugal
- Publicação do livro Divórcio em Portugal (Torres, 1996);
- Início da pesquisa sobre conjugalidade (1992/3);
- Sociologia do casamento (Torres, 2001); Casamento em Portugal (Torres, 2002);
- Amor e Ciências Sociais, Torres (2004);

Contexto internacional (anos 80, 90)

- Proposta precursora de Luhmann (1986). “Love as Passion”; Opacidade da sociedade/ maior investimento na intimidade.
- Explosão do tema e das referências nos anos 90: Giddens, Beck, Bourdieu, O amor como objecto de estudo. Profusão de temas, de olhares e de propostas. Ponto comum: a ligação micro-macro.

2ª linha de pesquisa: Mulheres, Homens, Família, Trabalho e Políticas Públicas

- Mulheres e Homens entre Família e Trabalho e Políticas Sociais;
- Participação activa na rede internacional de pesquisa “Social Policies and the division of paid and unpaid labour between men and women (1995-2001); Políticas, soluções socioeducativas, guarda de crianças e divisão do trabalho pago e não pago entre homens e mulheres (Torres et al 1998; 2000; 2004; Vida Conjugal e Trabalho, Torres, 2004);
- Pertença à rede internacional *European Social Survey 2002-...*; Resultados do ESS, 2002, 2004, 2006, 2008;
- Amar e Trabalhar na Europa, conferência organizada em 2008 (livro no prelo);
- Pesquisa mais recente sobre protecção e direitos das crianças (2008)
 - Vários resultados de pesquisa combinando pesquisa qualitativa e quantitativa mostram que a maioria das mulheres querem trabalhar profissionalmente, ser autónomas e ter filhos;
 - Impactos da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho; debate sobre as políticas (ou ausência delas);

3.3 De que forma estes temas combinando privado e público confluem na agenda política?

A 1ª linha de pesquisa revela a centralidade dos afectos, a individualização e a valorização dos direitos individuais e a secularização; os efeitos destas tendências parecem estar presentes a **partir dos anos 60 do século XX** quando se afirmam e alargam os direitos humanos: as lutas pelos direitos cívicos dos negros; pela igualdade entre mulheres e homens protagonizada pelo feminismo de segunda vaga (*the personal is political*); por uma visão das crianças como sujeito de direitos. Na **primeira década do século XXI** a luta pela igualdade de direitos dos homossexuais ganha terreno e maior visibilidade.

A primeira década do século XXI revela, aliás, uma aceleração de todos os fenómenos de mudança de que se tem vindo a falar. Os exemplos de Portugal e Espanha são particularmente expressivos.

- IVG, casamento de pessoas do mesmo sexo, nova lei do divórcio;
- Direitos relativos à Procriação Medicamente Assistida (PMA): definição de limites, grandes debates do presente/ futuro;
- Temas relacionados com a violência doméstica; o “público”, em nome dos direitos humanos, interfere no privado;
- Limites do biológico e papel dos laços afectivos;

A 2ª linha de investigação tematiza domínios fundamentais da vida individual – **a família e o trabalho** – que são simultaneamente problemas macro na vida das nossas sociedades, e se fazem sentir de forma particularmente intensa na Europa. Vejamos como:

Três agendas articuladas: agenda do emprego, agenda do cuidar, agenda da igualdade:

Agenda do Emprego: interessa às mulheres, para além da dimensão económica, numa lógica de autonomia; interessa à sustentabilidade dos sistemas de segurança social; exemplo da agenda de Lisboa : 40 a 60% de mulheres no mercado de trabalho em 2010.

Agenda do Cuidar: ter ou não ter filhos, decisão inteiramente pessoal, tem efeitos globais; auto-limitação do desejo de procriar? Novamente a sustentabilidade e as políticas públicas; discussão política em torno do tema de natalidade, do envelhecimento da Europa.

Agenda da Igualdade: Os resultados de pesquisa mostram a desigualdade entre homens e mulheres no plano profissional; um dos factores que para ela contribui é o facto de as mulheres acumularem o trabalho profissional com o cuidar. O *care* não pode ser a “tarefa das mulheres” sob pena de se pôr em causa a igualdade. Discussão em torno da desigualdade de género, da necessidade de políticas (e que políticas) e do envolvimento dos homens no cuidar; necessidades das crianças, responsabilidades parentais e responsabilidades da comunidade e do Estado de forma mais alargada (exemplo da questão da qualidade dos equipamentos, do papel da escola, etc.).

Decisões privadas têm impacto público e político; políticas, por sua vez, interferem e condicionam o privado.

3.4 Consequências da confluência dos temas

A extensão e alargamento dos direitos, associada às agendas do trabalho e do cuidar têm cinco consequências fundamentais para as sociedades contemporâneas:

- 1) **A aceitação da diversidade de modelos e pluralidade de formas** de viver as relações familiares, privadas e íntimas;
- 2) **Desocultação do lado obscuro da família:** da violência sobre as mulheres; dos maus-tratos às crianças e aos mais frágeis; visibilidade de problemas antes ignorados como a pedofilia; os direitos humanos não param à porta de casa. Direito do público interferir no privado nestas situações;
- 3) **Surgimento de tensões; velhos e novos problemas:**
 - Conflitos de direitos, assimetria de posições – homens, mulheres e crianças. Conflitos de lealdade a si próprio, aos outros, aos dependentes; recursos diferenciados face ao conflito e face à negociação; o problema da reprodução e ampliação das desigualdades; o problema da responsabilidade e do interesse da criança. Quem tem legitimidade para interpretar o interesse da criança? Os conflitos entre os diferentes saberes periciais (jurídico, científico);
 - De uma geração para a outra mudança de valores. Aquilo que é considerado adequado numa época muda noutra. Exemplo das mudanças nas realidades familiares. O caso português;
 - Qual é o papel do padrasto e da madrasta? O protagonismo individual, aprendizagens, tentativa e erro, incerteza;
 - A aposta no íntimo como saída. Espaço de “controlo” quando tudo o resto escapa ao controlo? Excesso de expectativas em relação ao que pode dar a intimidade. Nesta dimensão também nada está garantido;
- 4) **Sustentabilidade e emprego, crescimento populacional e económico e igualdade de direitos**, têm de ser encarados como questões tanto privadas como públicas e políticas.
- 5) **Novos temas de debate e controvérsia: os temas da vida quotidiana estão na esfera pública e política.**

Referências Bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes de, M. D. Guerreiro, C. Lobo, A. Torres e K. Wall (1998), "Relações Familiares. Mudança e Modernidade" in J. M. L. Viegas e A. F. da Costa (orgs.) *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Anália Torres (2007), "Sociedade" in António Reis (coord.), *Retrato de Portugal*, Lisboa, Instituto Camões (Presidência do Conselho da União Europeia), Temas e Debates.
- Amâncio, Lúcia, (1994), *Masculino e Feminino, A construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- Beck, Ulrich and Elizabeth Beck-Gernsheim, (2002), *Individualization*, London, Sage.
- Connel, R. (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- Del Boca, D. and M. Locatelli (2003), «Fertility and Women's work Status», in Meuldeurs, D., Henau, J. and S. O'Dorchai, (eds.), *The Rationale of Motherhood Choices: influences of employment conditions and of public policies*, Belgium, European Commission, pp. 149-169.
- Engelhardt, H. and A. Prskawetz, (2002), *On the Changing Between fertility and Female Employment over Space and time*, in www.demogr.mpg.de/papers/working/wp-2002-052.pdf.
- Ester, P., L. Halmann and R. Moor, (1994), *The Individualizing Society. Value Change in Europe and North America*, Tilburg, Tilburg University Press.
- Goode, William (1963) *World Revolution and Family Patterns*, New York, Free Press of Glencoe.
- Kellerhals J., et al. (1982), *Mariages au quotidien – inégalités sociales, tensions culturels et organisation familiale*, Lausanne, Ed. Pierre Marcel Favre.
- Kimmel, M. (2000), *The Gendered Society*, Oxford, Oxford University Press.
- Klement, C. and B. Rudolph (2004), «Employment patterns and economic independence of women in intimate relationships» in *European Societies*, Vol. 6, 3, pp. 299-318
- Levy, R., E. Widmer and J. Kellerhals (2002), «Modern family or modernized family traditionalism?: Master status and the gender order in Switzerland» in *Electronic Journal of Sociology*, vol. 6 (4) in, <http://www.sociology.org/content/vol006.004/lwk.html>.
- Luhmann, Niklas, *Love as Passion, The Codification of Intimacy*, Cambridge, Polity Press, 1986.
- Moreno, D., A. Escobedo e P. Moss (ed.) (2002), *Surveying Demand, Supply and Use of Care: EU Harmonised Data Sources*, (Care Work in Europe: current understandings and future directions).
- OCDE (2002), *Employment Outlook: Statistical Annex* in, <http://www.oecd.org/dataoecd/29/42/1939233.pdf>.
- Oinonen, E. (2004), «Starting the First Family», in *European Societies*, Vol. 6, 3, pp. 319-346.

- Roussel, L. (1992), «La famille en Europe occidentale: Divergences et convergences», in *Population*, 47, pp. 133-152.
- Singly, François de et J. Comaille (eds.) (1997), «Les règles de la méthode comparative dans le domaine de la famille», in *La Question familiale en Europe*, L'Harmattan, Paris: pp.7-30.
- Therborn, Goran (2004), *Between Sex and Power. Family in the world, 1900-2000*, London, Routledge.
- Tobio, C. (2001), "Working and mothering. Women's strategies in Spain" in *European Societies*, 3, 339-71.
- Tobio, C. (2005), *Madres que Trabajan. Dilemas y Estrategias*, Valencia, Ediciones Cátedra, Universitat de València, Instituto de la Mujer.
- Torres, Anália Cardoso, (1987), "Mulheres, Divórcio e Mudança Social", *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 2, 117-156.
- Torres, Anália Cardoso, (1987) "Amores e Desamores – para uma análise sociológica das relações afectivas", *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 3, 21-33.
- Torres, Anália Cardoso, (1992) "Fatalidade, Culpa e Desencontro. Formas da ruptura conjugal",
- Torres, Anália (1996), *O Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso e Francisco Vieira da Silva (1998) "Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho entre Homens e Mulheres", in *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 28, pp.9-65.
- Torres, Anália Cardoso (2001), *Sociologia do Casamento. A família e a questão feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso (2002), *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália e F. Vieira da Silva Teresa Líbano Monteiro e Miguel Cabrita (2004), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa CITE, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Torres, Anália Cardoso (2004), *Vida Conjugal e Trabalho*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso (2004), "Amor e Ciências Sociais", *Revista Travessias*, Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. (Revista Internacional), pp. 15-45.
- Torres, Anália Cardoso, Rita Mendes e Tiago Lapa (2006) "Famílias na Europa" in Jorge Vala e Anália Torres (orgs.) *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais pp. 97-144.
- Torres, Anália Cardoso, Elsa Pegado, Manuel Sarmento, Ana Patrícia Hilário, Andreia Freitas, Isabel Sousa, Raquel Cruz, Raquel Penha (2008) *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*. Relatório Final e Sumário executivo e 4 Volumes complementares (Volume complementar I: Análise dos Relatórios das Actividades das CPCJ; Volume Complementar II: Sistemas de Protecção de vários países; Volume Complementar III: Relatos de Casos Acompanhados pelas CPCJ; Volume Complementar IV: Dossier de Casos Mediatizados), (www.cnpcjr).